



Índice

- 01** [Os Ecos de Itaipu](#)
- 02** [Entre a bala e o decreto](#)
- 03** [Filme Vento Forte será exibido amanhã na UFPE](#)
- 04** [Comissão da Câmara vai analisar PEC sobre demarcação de terras indígenas](#)
- 05** [Fotografando Povos Tradicionais: João Roberto Ripper](#)
- 06** [Pataxó: descobrindo o poder, por Egon Heck](#)
- 07** [PEC das terras indígenas terá comissão especial instalada amanhã](#)
- 08** [Novo comando da Seind será anunciado em um mês](#)
- 09** [Conhecimento tradicional é prioridade nas emendas ao marco legal da biodiversidade](#)
- 10** [Operação de combate a madeireiros destrói 62 mil pés de maconha no MA](#)
- 11** [Lei da biodiversidade terá dois debates em comissões do Senado](#)
- 12** [Índio é preso com droga e pé de maconha dentro de casa em Vila Velha](#)
- 13** [Defensoria notifica município a reabrir imediatamente escola e posto de saúde](#)
- 14** [Defesa Civil do Amapá emite alerta de enchentes](#)
- 15** [Secretaria de Igualdade Racial discute patrimônio genético em audiência no Senado](#)
- 16** [Cem indígenas da Bahia prometem protesto contra a PEC 215](#)



- 17** Lançados editais de cursos para assentados e quilombolas no Piauí
- 18** Projeto Ribeirinho Cidadão emite 317 carteiras de identidade às comunidades carentes
- 19** Disputa por água afeta 6 mil pessoas
- 20** Direito quilombola em pauta: racismo, sociedade e o papel do STF
- 21** Coordenação geral do CIR é reeleita na 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima para reassumir uma das organizações indígenas mais conceituadas do Brasil
- 22** Consea pede retirada de projeto sobre diversidade biológica
- 23** Ufopa divulga resultado preliminar de PSE Indígena 2015; veja lista
- 24** Ajude a denunciar: Comunidade quilombola e pesqueira sofre massacre na Bahia
- 25** Vergonha: PEC 215/00, "das Terras Indígenas", terá comissão especial instalada hoje, 17/03, às 14:30h
- 26** Cheia do rio Negro deve atingir mais de 29 metros
- 27** Senadores vão discutir pontos divergentes sobre marco legal da biodiversidade
- 28** Índios levantam faixa com dizeres 'Ruralistas Lava Jato' na Câmara

Os Ecos de Itaipu

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015

No oeste do Paraná, índios Guarani querem retomar as terras de onde foram expulsos em nome da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo regime militar



Por Isabel Harari e Stefano Wroblewski, em A Pública

Pedro Alves pega uma vareta para mostrar as antigas aldeias guarani no oeste paranaense. O xeramõi – uma espécie de autoridade espiritual, ancião sábio – serpenteia o pedaço de pau pelo chão de terra batida da Tekoha Y’Hovy, aldeia onde vive, no município de Guaíra, e relembra onde cada parente morava e por onde corria o rio antes do alagamento para a construção da hidrelétrica de Itaipu. Em frente à sua roça, Pedro equilibra-se em um banquinho de madeira colocado no único rastro de sombra que resistiu ao sol do meio dia. “Naquela época a mata era quase virgem. Tinha mata, caça, palmito”, recorda. Seu Pedro apaga o desenho com as mãos e risca novamente o chão, dessa vez com várias linhas saindo de um ponto em direção a diversas regiões. Cada linha representa a direção tomada por seus parentes Guarani para fugir do alargamento do Rio Paraná, em 1982.

Em outra aldeia, a Tekoha Korumbe’y, situada dentro dos limites do município de Guaíra, o cacique Ismael Rodrigues explica: “Antigamente, quando eu tinha doze ou treze anos, já pescava aqui nesse Rio Paraná. Ele tinha um remanso muito bonito, e você tinha que ir em silêncio pescar lá, sem fazer movimentos bruscos”.

“Naquele tempo nós vivíamos na beira do rio. Não tinha fazendeiro nem nada. Só os índios que mandava. Fazia casa onde quisesse! A terra era nossa”, complementa Vitória Barros, sentada em uma cadeira de plástico em frente à sua casa, na Tekoha Nhemboeté, em outro município, Terra Roxa.

Gregório Sousa, também morador da Tekoha Marangatu, relata em guarani que alguns

CONT.



indígenas foram avisados, mas outros tiveram que sair às pressas quando viram o rio subindo: "a gente não estava sabendo de nada. De repente, começaram a fechar o Rio Paraná".

"Eles fizeram medo, nos intimidaram pra que saíssemos daqui. Uns passaram pro Mato Grosso do Sul, outros foram pro Paraguai e pra outros lugares", conta Simião Benites também na língua materna, sentado na opy, a casa de reza da Tekoha Poha Renda, em Terra Roxa.

Rosalina Souza, xaryi – guarani para anciã – da Tekoha Miri, aldeia que margeia uma estrada próxima à cidade de Guaíra, lembra-se ainda que "tinha várias pessoas que não queriam sair e a gente não sabe o que aconteceu com elas". Faustino Duarte, xeramõi que também vive na Tekoha Miri, conta: "Eu não sei o que aconteceu com a minha mãe nem com o meu pai porque, quando ia fechar o Rio Paraná, eu corri [com outros parentes]".

De volta à Tekoha Y'Hovy, Pedro espana novamente as mãos sobre o chão e rabisca mais uma vez o terreno. Com a vareta, desenha as figuras das aldeias que foram construídas – ou "retomadas" – recentemente pelos Guarani. A maioria delas foi realizada nos últimos quatro anos.

"Eu nasci e cresci em Guaíra e não posso deixar o lugar onde nasci. A gente não pode deixar o lugar que a gente nasceu e cresceu, por isso estamos aqui ainda. Os brancos, quando crescem, deixam o lugar onde nasceram, mas a gente é diferente", conta Gregório, da Tekoha Marangatu.

"Pode levar pra onde quiser, pode ser pra longe, que depois volta tudo outra vez. Até a pé nós vem. Não adianta levar longe", explica Vitória Barros, na Tekoha Nhemboeté.

O alagamento de vastas áreas no entorno do Rio Paraná, em 1982, para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu-Binacional foi o último grande movimento de um longo processo que, durante o século passado, foi pressionando os índios cada vez mais a oeste e para fora do estado. Fruto de um acordo binacional entre o Brasil e o Paraguai, a construção do megaempreendimento já estava nos planos desde a década de 1940, por conta da importância estratégica da região fronteiriça e pela necessidade da produção de energia, fazendo coro ao binômio "Segurança e Desenvolvimento" pregado pela Ditadura Militar.

Em pleno regime ditatorial, controlado por uma elite civil e militar, a construção de Itaipu "levou a uma nova onda de esbulho territorial", segundo concluiu o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em dezembro do ano passado. O levantamento sobre as violações cometidas em nome da usina, que hoje fornece cerca de 17% da energia consumida no Brasil, faz parte do capítulo sobre violações dos direitos humanos dos povos indígenas.

Em entrevista à Pública, a psicanalista Maria Rita Kehl, responsável pelo texto, lembra que o componente indígena aparecia, inicialmente, como "uma coisa pequena, uma nota de rodapé" a ser incluída na pesquisa. "Não sabia muito o que tinham os indígenas a ver com isso e muita gente me questionou: 'Indígenas? Como assim? Eles não foram contra a ditadura'". Durante a

CONT.



pesquisa, assombrou-se. “O relatório prova que foram graves violações de direitos humanos dos indígenas com participação direta ou com conivência do Estado”. O capítulo apresenta a estimativa de que pelo menos 8.350 índios tenham sido mortos no contexto da implementação da política vigente ou pela participação direta de agentes estatais no período investigado pela CNV (entre 1946 e 1988). O texto aponta o caráter amplo das violações, que foram do esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças infecto-contagiosas, prisões, até torturas, maus tratos e extermínio de povos inteiros.

Durante os trabalhos, a psicanalista diz ter percebido que os índios “eram considerados um empecilho e havia um enfrentamento violento contra eles, como se fosse uma guerra contra outro país”.

O caso dos Avá-Guarani do oeste do Paraná merece destaque no capítulo. “As remoções também foram prática corrente quando se tratava de realizar empreendimentos em áreas com presença indígena”, diz o texto em referência à Hidrelétrica Itaipu. A equipe da CNV, através de seu coordenador, José Carlos Dias, fez um pedido de documentos “em qualquer grau de sigilo” para Itaipu sobre as relações entre a empresa e os indígenas. Na solicitação, a CNV afirma ter sido informada sobre a existência, “no acervo desta instituição [Itaipu], farta quantidade de documentos relevantes sobre estes casos”. Mas não recebeu qualquer resposta.

Com a construção da usina, o curso do Paraná foi barrado e o rio transformou-se em um imenso lago artificial, inundando, segundo o projeto original, uma área de 1350 quilômetros quadrados – destes, 770 do lado brasileiro. Apesar de a barragem estar em Foz do Iguaçu, outros 15 municípios foram atingidos pelas águas do Paraná. Dentre eles, trechos de Guaíra e Terra Roxa. Ficou também debaixo d’água a Cachoeira das Sete Quedas, de beleza natural inigualável. Na ocasião do fechamento das comportas para a criação do lago da usina de Itaipu no dia 9 de setembro de 1982, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu no Jornal do Brasil: “Sete quedas por mim passaram, e todas sete se esvaíram / Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta o mínimo arrepio (...)”.

Antes mesmo da consolidação de Itaipu, o avanço das obras gerou uma onda de regularização fundiária feita às pressas pelo Instituto de Colonização Agrária (Incra) para por em ordem e indenizar as propriedades que foram adquiridas de forma ilegal com o avanço descontrolado da colonização das décadas anteriores. Os posseiros, ainda que de forma irregular, foram beneficiados em detrimento dos Guarani que ali viviam.

A ditadura aboliu a demarcação de terras indígenas nas regiões fronteiriças por conta da “segurança nacional”. A Funai foi sendo paulatinamente ocupada por “militares egressos dos Serviço Nacional de Informação (SNI) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN)”. A militarização do órgão consolida a visão de que a demarcação de terras indígenas em zonas de fronteira nacional representaria um risco à soberania do Brasil.

Com a inundação do lago, as famílias Guarani tiveram que sair. “Ou corria, ou morria”, é uma

CONT.



frase ouvida frequentemente no relato dos mais velhos. Foram removidas 42 mil pessoas da área. "Foram indenizados os que tinham título. O não reconhecimento foi a estratégia usada para praticar o esbulho", explica Diogo Oliveira, servidor da Funai que atuou na região entre 2012 e 2014.

Rosalina Souza, hoje moradora da Tekoha Miri, afirma que na região viviam muitos índios, ao contrário do que era disseminado por Itaipu e pela cúpula governamental: "Eu nasci na aldeia Oco'y, e perto de lá tinha uma aldeia chamava Ipiranga, Jakutinga, Porto Mendes, 'Pepu', Jurikaba, tinha vários lugares aqui, morava muitos Guarani", conta. "Quando Itaipu ia fechar a água a gente correu foi pra vários lugares. Alguns foram pra Santa Helena num barquinho que a gente fez. Naquela época, a gente recebia muita ameaça e a gente morria de medo. Ameaçavam a gente, diziam que iam levar pra fazer sabão. E aí a cada um ia pro seu canto. E, com medo, a gente foi pra longe".

Diferentemente de muitas histórias relatadas pelos indígenas, o xeramói Gregório Matos nunca deixou a região. Hoje, vive na Tekoha Marangatu, nas proximidades de Guaíra, ocupada em 2004. Ele conta que na época da inundação a usina prometeu uma indenização que nunca chegou: "O pessoal da Itaipu falou que ia pagar para aqueles que iam sair. Pra mim eles não pagaram e eu fiquei onde nasci, mas não sei pros outros. Os cemitérios que a gente tinha antigamente ficaram debaixo das águas, e várias aldeias ficaram debaixo d'água também. Algumas vezes eu penso e dá um aperto. Os corpos de muitos dos nossos pais ficaram debaixo d'água".

"A situação se encaminhou em 1982 para a remoção e confinamento dos Guarani numa exígua faixa de terra à beira do lago de Itaipu, sem qualquer paridade em tamanho e condições ambientais com o território ocupado anteriormente, o que também violava a legislação indigenista vigente", diz o texto da CNV. Ali eles enfrentaram surtos de malária e doenças "decorrentes do uso de agrotóxico pelos colonos vizinhos, surtos esses que dizimaram parte da população", prossegue o texto, baseando-se em um laudo antropológico assinado pela antropóloga e servidora da Funai Maria Lúcia Brandt de Carvalho, que estudou e conviveu com os Guarani entre 2001 e 2007. Ainda segundo a CNV, "prevaleceu, contudo, a versão oficial dos 'índios inexistentes' e da 'generosidade de Itaipu'".

Só três reservas reconhecidas

Somente três reservas guarani na região são atualmente reconhecidas pelo governo brasileiro e recebem apoio técnico de Itaipu. A primeira, delimitada em 1982 pela Funai em São Miguel do Iguazu, foi a do Oco'y. Com 251 hectares e incrustada em parte de um dos ramais do lago de Itaipu, a reserva se sobrepõe à Área de Proteção Permanente (APP) do lago.

Para delimitar a reserva do Oco'y e quem tinha direito a ela, a Funai adotou no seu laudo "critérios de indianidade". Os critérios haviam sido introduzidos em 1979 pelo Coronel Ivan Zanoni Hausen, que trabalhava na Funai, e colocavam cada família encontrada em uma escala

CONT.



de pontuação que denotava quem era índio e quem não era. Dentre os indicadores – quinze, no total –, entram como a sociedade nacional enxerga os “elementos culturais representativos” dos indígenas e como os índios apontam sua “identidade de caráter”, que não tem definição precisa.

Quando o laudo assinado pelo antropólogo Célio Horst foi feito em 1981, depois de repetidas pressões, havia apenas 12 famílias que viviam na região do Oco’y. Dessas, somente cinco foram consideradas indígenas. O laudo foi contestado por Clóvis Ferro Costa em 1987, então diretor jurídico de Itaipu. Em uma correspondência interna e confidencial com o diretor de coordenação da companhia, Clóvis afirma que “é evidente que o relatório sobre o qual se baseou Itaipu não é veraz” e conclui que “ao invés de Itaipu ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área dos indígenas”.

“O fato é que os critérios que nortearam a criação da TI Avá-Guarani de Oco’y são meramente políticos e advém mais do processo de colonização e da necessidade imperativa de Itaipu de remover os índios das áreas onde se encontravam do que de critérios técnicos e antropológicos que tivessem levado em conta a tradicionalidade da presença indígena na região, seus modos e costumes, e o direito desses grupos de terem seus territórios reconhecidos”, coloca o texto do relatório do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que serviu de subsídio à CNV.

Questionada pela reportagem, Itaipu respondeu que “essa posição não invalida os estudos promovidos por ocasião da construção da usina”, mas que “levou em conta essa posição do diretor em seu processo de gestão da questão indígena”.

De acordo com o relatório do CTI, o pequeno número de famílias se deve à expropriação, pelo Incra, dos moradores da região durante a ditadura. Pedro Alves, ex-cacique da aldeia do Oco’y, conta que, já em 1969, o órgão “falou que tinha que sair, queimaram casa, e daí teve que sair”. Ele relata que as terras até então ocupadas pelos indígenas foram arrendadas pelo Incra para plantações de não-índios “enquanto a represa fica pronta”. “E daí os índios tiveram que correr e passar pro Paraguai”.

O mesmo relatório aponta que desde os anos 1940 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão indigenista oficial da época, já se valia de estratégias para invalidar e reduzir o número de indígenas no oeste do Paraná. O órgão oficial realizou a remoção forçada de famílias Guarani para Rio das Cobras, reserva dos índios Kaingang em Laranjeiras do Sul, no interior do estado, e recusava sistematicamente emitir documentos de identidade aos indígenas em sua terra tradicional. Muitos acabaram por retirar o RG em outros estados, o que é trazido à tona até hoje como justificativa para alegar que os Guarani não são moradores do Paraná.

Na época, os Guarani pleiteavam uma extensão de 1500 hectares de terras. A área era estimada de acordo com seu território originário. Mas, frente ao avanço das obras que culminariam na elevação do nível do Rio Paraná, os indígenas aceitaram o acordo que garantiria os 251 hectares aos índios da aldeia do Oco’y.

CONT.



Outras duas reservas foram criadas posteriormente, em 1997 e 2007, no município de Diamante d'Oeste.

Para uma terra indígena ser demarcada, é necessário um processo que envolve estudos antropológicos atestando a presença tradicional indígena na área, um período para contestações, delimitação do espaço e o reassentamento de não-índios que estejam no local. Participam na tramitação, além da Funai, o Incra, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda e a Presidência do País, conforme o decreto 1.775 de 1996. Já a realocação de indígenas em áreas nas quais não se comprovou, de forma oficial, uma presença ancestral daquele povo, é possível através de reservas indígenas ou terras dominiais nos casos em que a terra de ocupação tradicional não é mais acessível – é o caso das aldeias inundadas completamente pelo lago de Itaipu. Em ambas, a área pleiteada é doada por terceiros, adquirida ou desapropriada pela União.

Foi o que aconteceu nas áreas de Diamante d'Oeste. Ambas foram adquiridas por Itaipu e entregues aos indígenas, tornando-se reservas. Um dos problemas é que os indígenas não têm assegurados os mesmos direitos de gestão sobre o território.

Outra crítica é feita por Ilson Soares, cacique da aldeia Tekoha Y'Hovy. Para ele, a compra de um terreno não ocupado tradicionalmente é uma forma de lhes "tirar a cultura". "Eles acham que podem compensar as terras que foram inundadas realocando os indígenas para outras terras. A nossa terra tradicional é sagrada, não vamos aceitar ficar em qualquer lugar".

Terra Sagrada

O historiador Clóvis Brighenti diz que, na época, os indígenas da região "resistiram bravamente" à inundação. "Alguns se lembram que quem se recusou a sair da margem do lago foi morto pelo alagamento, pois eles consideram a Sete Quedas como um legado de Nhanderu [deus] e que, portanto, eles teriam a responsabilidade de cuidar desse espaço. Mas a ação do Estado de construir a Itaipu aconteceu, na concepção deles, porque eles não conseguiram cuidar. Então preferiram a morte do que viver com essa culpa".

A responsabilidade pela floresta é definida pelo cacique da Tekoha Y'Hovy, Ilson Soares, como parte do corpo dos indígenas: "A natureza, pra nós, representa muito. Representa a nossa vida e o nosso ser. A terra representa a nossa carne. As árvores representam os nossos ossos. Os rios representam o nosso sangue. Tudo isso que defendemos hoje é o que nossos antepassados lutaram e perderam as vidas para defender. Onde nós vivemos hoje é tudo o que sobrou. Se hoje tudo isso foi transformado em cidade, em asfalto, é porque não tivemos força pra ter defendido antes".

Segundo Paulina Martines, vice-cacique da aldeia Tekoha Y'Hovy, era às margens das Sete Quedas – maior cachoeira do mundo em volume de água até ficar submersa em decorrência do alagamento causado pela usina – que os indígenas enterravam seus mortos. Em foz do

CONT.



Iguaçu um importante cemitério Guarani foi completamente inundado. “Nesses dois lugares os Guarani concentravam as urnas onde tinham os corpos, porque, estando próximo ao Yvy-marãei [Terra sem Males, em português], a alma da pessoa descansaria em paz”, conta Paulina. A Terra sem Males é um mito Guarani sobre um local sagrado, a ser buscado em vida, livre de dor e sofrimento. “A nossa luta é mais espiritual do que física, porque a gente quer estar perto do Yvy-marãei que é a Sete Quedas. A gente sabe que a Sete Quedas não deixou de existir. Está debaixo da água, mas está viva, sempre nos ouvindo. Por isso que a gente luta pela terra em Guaíra, para que a gente saiba que está próximo do lugar sagrado”, explica.

As retomadas

Hoje, a proximidade com o complexo de Sete Quedas e a tradicionalidade da ocupação guarani são os critérios para a reivindicação das terras na região de Guaíra e Terra Roxa.

Entre 2009 e 2011, os Avá-Guarani e os Guarani Mbya passaram a reivindicar outras terras dos municípios, apontadas pelos anciãos como ocupações tradicionais – e a ocupar os territórios perdidos no processo de esbulho e alagamento. Ao todo, são treze aldeias ocupadas hoje em dia.

Com 55 anos de idade, o cacique Ismael Rodrigues viveu parte desta história e desabafa: “Pra acabar essa briga tem que juntar todos os índios, cercar e metralhar, matar todos os índios pra acabar a dor de cabeça do branco, do fazendeiro e de Itaipu também! Enquanto nós estamos vivos, vamos seguir em luta. Se eu morrer, tem o filho que vai continuar. A luta não vai acabar nunca”.

Como solução da situação fundiária, aos indígenas foi proposta, por diversas vezes, sua realocação em outras terras. Ilson Soares, cacique da Tekoha Y’Hovy, é terminantemente contra. “Quando a gente fala que quer de volta aquilo que foi nosso, o branco costuma dizer ‘Ah, mas eles estão querendo o Brasil de volta’. Não que a gente queira o Brasil de volta, mas queremos aquilo que temos a memória de que aquilo era nossa tekoha. É onde a memória dos nossos antepassados diz que aquilo era uma aldeia. Muitas vezes a gente não tem, assim, uma localização exata de onde era tal tekoha porque foi desmatado, porque o rio alagou... Mas o que a gente entende é que a terra onde nós estamos, é porque nós buscamos a nossa Terra sem Males, a nossa origem, a nossa espiritualidade, a proteção de nossos ancestrais”, explica.

As “retomadas” trouxeram como consequência o recrudescimento da violência contra os índios da região, acusados de não serem originários daquela terra, mas “estrangeiros” que vieram do Paraguai ou do Mato Grosso do Sul. Em resposta, o historiador Clóvis Brighenti explica que as fronteiras nacionais são uma criação muito posterior à ocupação dos Guarani daquele território. “Como essa população é estrangeira se eles hoje ocupam o mesmo local que estavam antes?”.

Em levantamento feito em 2010 pelo Centro de Trabalho Indigenista foram contabilizadas 290

CONT.



aldeias Guarani Mbya e Avá-Guarani: cinco no Espírito Santo, 56 em Santa Catarina, 87 no Rio Grande do Sul, 69 no Paraná, 61 em São Paulo, dez no Rio de Janeiro e 60 aldeias Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul. No Paraguai, são cerca de 200 assentamentos e na Argentina são quase 150.

Os Guarani são o povo indígena mais numeroso no Brasil – eram 58 mil pessoas em 2012, segundo dados do Ministério da Saúde tabulados pelo Instituto Socioambiental. Ainda assim, possuem poucas terras homologadas.

De acordo com Diogo Oliveira, antropólogo da Funai, os Guarani têm hoje 49 terras indígenas no país classificadas como tradicionalmente ocupadas. Outras 20 são classificadas como reservas ou terras dominiais. “Mas as condições são diferentes entre cada terra indígena. Muitas foram criadas antes da Constituição de 1988 e precisam ser revistas. Há áreas homologadas para outros povos que são ocupadas também pelos Guarani e, também, terras Guarani que foram dadas a outros povos”, explica. O pesquisador está atualmente analisando os tamanhos das terras dos Guarani e ressalva: “Algumas são muito pequenas e nem deveriam contar”. Ele exemplifica lembrando da Terra Indígena Jaraguá, que é a menor do país, com 1,7 hectare, e conta com cerca de 500 indígenas Avá-Guarani e Guarani Mbya na zona norte da capital paulista.

Em 2012, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação contra a União e a Funai exigindo a apresentação de soluções para a alocação dos indígenas de uma das aldeias de Guaíra, em processo por reintegração de posse. Já em maio de 2013, a então ministra da Casa Civil e ex-diretora financeira de Itaipu, Gleisi Hoffmann, pediu a suspensão das demarcações no Paraná. A medida ocorreria menos de dois meses depois do anúncio da candidatura de Gleisi ao governo daquele estado e em meio ao acirramento das relações do Planalto com ruralistas em torno das demarcações de terras indígenas. Com a suspensão, o MPF solicitou a composição de um grupo de trabalho da Funai para avaliar a possibilidade de demarcação de terras para os indígenas.

A Justiça deu, como prazo, o dia 3 de fevereiro deste ano para o GT apresentar suas conclusões. O relatório foi entregue, mas ainda não foi determinado o tamanho da área. Camila Salles, geógrafa que faz parte do grupo, explica que o assunto “não foi acordado ainda” com os indígenas: “Eles propuseram uma área que está sendo analisada pela Funai”. Quando houver um acordo, Camila diz que os caciques de todas as aldeias devem assinar um Termo de Anuência Prévia declarando estar de acordo com os limites que serão propostos. Enquanto isso, o órgão e o MPF aguardam o parecer da juíza Ana Lídia Silva Mello para dar andamento ao processo.

De sua parte, os proprietários de terra defendem a aplicação do marco temporal de 1988. Querem que a Justiça considere que, para uma terra ser demarcada, precisa ter sido ocupada por indígenas na época da promulgação da Constituição Federal. A tese foi discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante a demarcação de Raposa Serra do Sol, conforme explica Bruno Moraes, assessor jurídico da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política de

CONT.



representação e articulação dos Guarani nas regiões sul e sudeste do país: "Concluiu-se que um marco temporal é necessário, salvo nos casos em que os índios sofreram esbulho".

Oco'y e Diamante d'Oeste

As três reservas guarani reconhecidas pelo governo recebem apoio técnico e financeiro da Itaipu, conforme seu site. Nelas, vivem atualmente 273 famílias, ou 1300 pessoas. A partir de 2003, com a posse da nova diretoria sob o governo Lula, a empresa passou a adotar uma série de medidas de melhoria da infraestrutura, apoio à agricultura familiar e criação de animais, além do envio de cestas básicas – atribuição que até então era da Funai. A mudança é comemorada por Nilton Friedrich, diretor de coordenação da empresa: "Tem cabimento encontrar, em 2003, 35 crianças subnutridas?", diz, referindo-se ao quadro encontrado no Oco'y ao assumir o cargo. O diretor aponta o sucateamento da Funai como resultante desta situação: "Nos anos 90, o Fusca da Funai ia na frente do carro da Itaipu porque não tinha pneu para trocar e às vezes tinha problema até de combustível".

No último relatório anual do programa de Sustentabilidade de Segmentos Vulneráveis de Itaipu, a empresa diz ter repassado, em 2014, 1440 cestas básicas às famílias do Oco'y, além de doações vindas através de parcerias com outras entidades ou órgãos da administração pública.

Entre os alimentos cultivados na aldeia, 10,5 mil quilos de mandioca foram comercializados. A venda de artesanatos e apresentações culturais também fazem parte do que Itaipu considera ser "o resgate de sua cultura e a integração entre povos indígenas e não indígenas". Programas semelhantes também são implantados nas duas reservas de Diamante d'Oeste.

"A Itaipu considera que tal reassentamento não caracterizou esbulho. A nova área de terras escolhida pela comunidade proporcionou melhores condições de vida (habitação, saúde, educação, alimentação, entre outros)", explica a empresa em resposta à Pública.

A atual administração da usina de Itaipu considera o Estado brasileiro o responsável pela expulsão dos indígenas. "Os índios já tinham sido expulsos antes [do levantamento de terras que seriam alagadas pela hidrelétrica]. A injustiça já tinha sido praticada em toda a região que compõe o território Guarani", diz o diretor-geral brasileiro de Itaipu Jorge Miguel Samek. "Eu não sou hipócrita de achar que o que fizemos pagou a conta [pela expulsão dos Guarani]. A sociedade brasileira tem uma dívida impagável aí. Cada um tem que se esforçar para fazer a sua parte e eu me esforço muito para que Itaipu faça a sua parte".

A antropóloga Maria Lúcia Brandt Carvalho afirma que, no período em que estudou os indígenas da região, as reservas de Diamante d'Oeste sofriam um controle populacional por parte da hidrelétrica – a denúncia está citada em sua tese de doutorado "Das terras dos índios a índios sem terras – O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta", da Universidade de São Paulo. "Itaipu só deixa entrar cinco famílias por ano e impede casamentos com os Guarani que estão do lado do Paraguai", diz ela. A empresa nega:

CONT.



"A Itaipu não adota, ou adotou, qualquer medida de controle populacional nas áreas ocupadas pela comunidade Guarani. Pelo contrário. Graças à efetividade das ações de combate à desnutrição e à mortalidade infantil e pela melhoria das condições de saúde e qualidade de vida, as famílias atendidas nas três comunidades hoje são maiores. A Itaipu também respeita o processo migratório que caracteriza o modo de vida guarani. O triênio 2010-2012, por exemplo, foi marcado pela vinda de novas famílias nas três reservas indígenas. Na comunidade Itamarã, de 22 famílias, em 2010, passou-se para 43 em 2012, resultando num aumento de 96% do contingente populacional; na comunidade Añetete, de 47 famílias passou-se para 73 (aumento de 56%); e no Ocoy, de 137 famílias, em 2010, passou-se a 160 em 2012 (aumento de 18%). Ao todo, são 273 famílias e, aproximadamente, 1.300 pessoas na atualidade".

Camila Salles, do GT de delimitação de terra, acusa Itaipu de intervir fortemente na organização política dos índios do Oco'y. "Eles mandam dentro da terra indígena", diz. Por diversas vezes, relata, funcionários da empresa impediram que os indígenas falassem em guarani durante reuniões com a empresa. Ela se lembra de ter ido, certa vez, a uma das reservas fazer uma reunião com os indígenas: "Dentro da reserva tem um prédio da Itaipu, com cozinha. Como era uma reunião política dos índios, uma funcionária da empresa disse que nós não poderíamos usar o prédio deles", diz.

Diogo Oliveira avalia que "os projetos que Itaipu fez nos últimos doze anos deram uma situação mais digna, mas não resolveram os problemas". Para ele, o erro da solução posta pela usina é que "não é uma coisa feita a partir da compensação pelos impactos ambientais que Itaipu causou. É a partir da lógica da responsabilidade ambiental da empresa. Isso acaba deixando os índios um pouco reféns desta situação: o dia que a empresa não quiser mais cumprir com esse pacote de responsabilidade social...".

"Eles [Itaipu] falam que não precisa mais chorar, né. Que já resolveram tudo. Quando entregou aquela terra em Diamante D'Oeste falou que agora já não tem mais pra chorar, que já resolveram o problema. Resolveram nada", desabafa Pedro Alves, que hoje vive na Tekoha Y'Hovy. O xeramõi Brígido, da Tekoha Miri, faz coro e cobra a empresa: "e agora a Itaipu não vê a gente. Pode ser que eles tenham dado aldeias, mas por aqui [Guaíra e Terra Roxa] não. Tem muita criança, é por eles que a gente luta pela terra. Agora eles deixam a gente num chiqueiro, em espaços pequenos, não tem como plantar. A gente sabe como tá sofrendo depois que a Itaipu fechou o rio Paraná. É triste essas historias quando a gente pensa a gente só entristece... A gente precisa de outras terras no lugar daquelas que já foram perdidas".

Procurada pela reportagem da Pública, a Usina de Itaipu afirmou que não conhecia o relatório do CTI, mas que "em respeito à CNV e à comunidade indígena, o analisará com a devida atenção e zelo" ([veja a resposta completa da empresa AQUI](#)).

Famílias reclamam de falta de espaço e deixam reserva mantida por Itaipu

Apesar de considerar boa a estrutura da reserva do Oco'y, delimitada às margens do lago de

CONT.



Itaipu em 1982 pela Funai, o guarani Natalino de Almeida Peres, de 36 anos, deixou o aldeia para ocupar, no último dia 3 de fevereiro, outra terra a apenas dez quilômetros do local: "Não pode falar mal de onde nasceu e cresceu. Mas não tem mais como viver no Oco'y".

A reportagem da Pública já estava nas etapas finais quando a família de Natalino e outras 36 decidiram abrir mais essa ocupação no cenário já conflituoso da região. Segundo ele, não há espaço suficiente para todos plantarem. A retomada de outras áreas ocupadas tradicionalmente pelos guarani – antes do processo de expulsão que culminou com a hidrelétrica de Itaipu – seria uma forma de preservação de seus costumes. "Estamos procurando espaço para sobreviver. A cultura do índio tem que ter plantio de mandioca, milho... E lá [no Oco'y] não tem espaço. A gente perde a cultura", diz Natalino.

De acordo com Itaipu, de fato, dos 251 hectares onde está a Terra Indígena Avá-Guarani de Oco'y, somente 48 estão disponíveis para o plantio das 165 famílias que vivem lá. "Evidentemente, pelo fato da aldeia estar inserida dentro da faixa de proteção do lago de Itaipu, a área total do Oco'y destinada ao plantio é reduzida, se comparada às demais aldeias do Itamarã e do Añetete", declarou a empresa, que afirma ainda que "a comunidade compensa essa extensão de terra com técnicas agropecuárias sustentáveis e culturalmente adaptáveis às suas necessidades, promovendo a adoção de plantios adaptados ao terreno, à densidade populacional da área e ao valor nutricional dos alimentos".

Natalino é hoje a liderança da Tekoha Atymiri, como foi batizada a nova aldeia que fica no município de Itaipulândia, vizinho de São Miguel do Iguçu. O cacique lembra que "várias vezes, os índios já pediram a ampliação das terras, mas nunca deram ouvido pra gente".

Mas, diz ele, mesmo se houvesse ampliação do Oco'y, viver no local seria difícil pelo fato de as terras ainda arborizadas serem parte da faixa de proteção permanente do lago de Itaipu: "Não dá pra plantar direito".

A aldeia está em área de mata preservada de um terreno do Governo do Estado cedido, desde 2008, ao Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) – uma repartição pública estadual. No restante do local, o Iapar produz soja. Na mata do terreno, Natalino diz que as 37 famílias dividem, em barracos de lona, um terreno de 43 alqueires (o equivalente a 100 hectares): "é pequeno, mas dá pra pegar o fôlego pra gente lutar. A gente quer qualidade de vida". O número é contestado pela hidrelétrica, que diz terem saído do Oco'y somente 15 famílias "por conta de diferenças políticas entre o grupo migrante e a liderança da comunidade".

Natalino nega. "Itaipu está envergonhada de ter saído tanta gente porque eles têm a responsabilidade pela aldeia. Não existe disputa nenhuma e nem tem porque ter".

Ao lado do terreno onde a Tekoha Atymiri foi estabelecida, uma base náutica em área da mata ciliar do lago de Itaipu é ocupada desde maio de 2014 por outras 14 famílias guarani. Elas saíram da Tekoha Vy'a Renda, em Santa Helena, e fundaram ali a Tekoha Itacorá.

CONT.



“Estamos tentando uma audiência pública com Itaipu, Iapar e Copel [Companhia Paranaense de Energia] para fazer compromisso e melhorar as condições, [além de] instalar energia aqui”, afirma Eládio Vera, um dos indígenas que vivem na Tekoha Itacorá.

Parte da ocupação da base náutica também alcança o terreno do Iapar, de acordo com o diretor de administração e finanças do instituto, Altair Dorigo. A repartição pública havia pedido, ainda em maio de 2014, através da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, a reintegração de posse do terreno. Em fevereiro, depois da nova ocupação, o governo pediu a suspensão do pedido e solicitou que a Funai busque uma terra aos indígenas, segundo a assessoria de comunicação do governo estadual. A Funai afirmou ainda já ter solicitado Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, “medidas de saneamento básico e atendimento de saúde”. “A próxima medida será o envio de cestas básicas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)”, afirmou em nota.

Clique [AQUI](#) e navegue pelo mapa para conferir as terras indígenas existentes em todo país.

Foto: Agência Pública/Greenpeace/Isabel Harari



Entre a bala e o decreto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2015

por Isabel Harari e Stefano Wroblewski, em A Pública

“Cacique das minhas bolas” escreve um usuário do Facebook sobre Ilson Soares, o Sabiá, cacique da Tekoha Y’Hovy, aldeia próxima à cidade de Guaíra, no oeste paranaense. O comentário refere-se a uma foto publicada na página da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), associação de proprietários rurais da região, que retrata Ilson em uma manifestação pela demarcação das terras Guarani em novembro de 2014. Sobre outra imagem, de uma indígena Guarani fumando o petyngua, tradicional cachimbo de madeira, um usuário comenta “paraguaios vagabundos”; ao ver a mulher vestida outro usuário questiona “O que essa roupa estampada tem de índia?”.

É a materialização das tensões que imperam nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no oeste paranaense, desde 2009, quando a ocupação de terras consideradas tradicionais pelos Guarani levou a pequena população local, que, somada, alcança os 47 mil habitantes, a responder com violência e preconceito.

Com 53% de toda a terra ocupada por lavouras temporárias – sobretudo soja e milho, segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE –, o pouco da Mata Atlântica ainda preservada na região é disputada entre os fazendeiros e quase 1800 índios que lutam pela demarcação de suas terras após um longo processo de violações aos seus direitos que incluiu o esbulho de terras, remoções forçadas e a consequente desagregação social. Apenas na última década, eles voltaram a se organizar.

Desde pelo menos 2004 os Ava-Guarani e os Guarani Mbya passaram a “retomar” áreas que os anciãos indicam terem sido habitadas tradicionalmente antes das expulsões sistemáticas que culminaram com a construção de Itaipu. Na época, muitos fugiram para o Mato Grosso do Sul, São Paulo, outras regiões do Paraná e o Paraguai – a partir daí são pejorativamente taxados de “estrangeiros” ou “paraguaios”.

“Antigamente eles matavam a tiros, a bala. Hoje eles matam com decretos e portarias”, diz Ilson, cuja aldeia é uma das treze retomadas a partir de 2009, a menos de três quilômetros do centro de Guaíra. “Nestes últimos anos a violência tem aumentado. A discriminação aumentou. Até agora existe um clima de insegurança em Guaíra. A gente percebe que as pessoas têm muito mais preconceito que antigamente”, completa.

Em uma carta de repúdio à violência, as lideranças da Tekoha Y’Hovy descrevem haver “um discurso de ódio, discriminação e racismo contra o nosso povo Avá-Guarani que tem sido impactante para os jovens, crianças e também adultos, nos trazendo insegurança, fazendo

CONT.



com que nosso povo fique acuado sem saída e vendo todos os dias que as pessoas nos olham com repúdio, como se fossemos pragas, como se não fossemos seres humanos”.

Cercada por lotes de casas à venda e plantações de milho e soja das várias propriedades de médio porte do município, a Y’Hovy abriga 30 famílias que cultivam feijão, mandioca e milho. Diariamente, a vice-cacique Paulina Martines guia as atividades na opy, a casa de reza. Já na escola improvisada Paulina ensina as crianças e adolescentes o guarani: “Praticar a nossa religião e frequentar a casa de reza todos os dias vai fortalecer ainda mais o nosso ser, a nossa cultura, e mais do que isso, a gente vai estar seguindo o ensinamento queNhanderu [deus guarani] deixou para o povo indígena”.

Paulina mantém a aliança entre a luta espiritual e a defesa da terra. Já tarde da noite, antes dos cantos e rezas na opy, pede que cada criança e adolescente vá ao centro da casa e, em guarani, discorra sobre as perspectivas do processo de demarcação das terras indígenas em 2015. Os xondaros e xondarias – guerreiros e guerreiras – em idades de cinco a dezesseis anos, fumam o cachimbo petyngua e falam, alguns tímidos e outros mais animados.

Violência Brutal

Mas, do lado de fora da pequena aldeia, as mesmas crianças costumam enfrentar um ambiente hostil. Nas escolas, elas sofrem com xingamentos dos jovens não indígenas. Muitas são chamadas de “invasoras” pelos colegas. “É uma xenofobia ao contrário”, arremata Ferdinando Nesso, coordenador técnico local da Funai em Guaíra. “Os índios vieram para cá muito antes e agora são chamados de ‘invasores’”.

O cacique Ilson conta que, hoje, quando um índio entra em mercado é sempre observado por seguranças. “Não sei se é por medo que o indígena vá furtar alguma coisa ou porque talvez o indígena possa praticar algum tipo de violência, ou talvez contaminar as mercadorias”, ironiza. Na cidade, diversos indígenas relataram ainda terem que pagar um valor maior que o cobrado aos não-índios pelo mesmo produto. “Esses dias, precisei comprar uma peça para minha moto que havia quebrado. O homem que estava na minha frente na fila pagou 35 reais, mas o dono da loja queria me cobrar 72. Eu não pago!”, indigna-se Inácio Martins, cacique da aldeia de Marangatu.

Ilson também relatou à Pública diversos episódios de ameaças e tentativas de intimidação: “Já pararam uma senhora guarani que estava a caminho na aldeia pra avisar que a gente está em perigo. O mesmo foi feito com um grupo de crianças que voltavam da escola”. Ele conta que já foi perseguido por um carro quando voltava de bicicleta para a aldeia: “Ele me acompanhou em baixa velocidade por alguns metros. Quando a gente entrou na rotatória, consegui desviar”.

O preconceito já levou a casos de violência física. Em agosto de 2013, uma adolescente indígena, estagiária da Funai, foi sequestrada à luz do dia no caminho para o trabalho.

CONT.



Agredida e abusada sexualmente dentro de um carro com vidros escuros, ela foi liberada três horas depois no meio de um matagal com um recado: "fala pra Funai que a gente vai acabar com eles". Ela não conseguiu identificar os agressores e ninguém chegou a ser punido.

Também em 2013, Bernardino D'avaló Goularte, um jovem guarani, foi assassinado a tiros próximo à aldeia Tekoha Porã, que fica em uma área urbanizada de Guaíra. Na ocasião, a polícia disse se tratar de uma briga de bar, mas indígenas alegam que os tiros foram disparados a esmo. Além dele, três crianças foram atingidas de raspão.

"Houve várias tentativas de atropelamentos. Alguns até foram atropelados e encaminhados pro hospital, mas não denunciavam o ocorrido" diz um trecho de outra carta dos Guarani. Segundo Ilson, uma senhora indígena foi atropelada em frente a rodoviária por um carro a 120 quilômetros por hora; o condutor fugiu a pé deixando o veículo em cima do corpo.

"O que Guaíra vem fazendo com a população guarani é uma das coisas mais absurdas e mais deprimentes que uma sociedade pode manifestar. Isso é um crime contra essas comunidades", avalia o historiador Clovis Brighenti.

Para o cacique Ilson, a insegurança fundiária é o principal motivo para a situação de violência vivida em Guaíra e Terra Roxa, e a demarcação das terras é a única solução para apaziguar os conflitos.

"Lá na nossa região vai dar conflito, vai dar morte"

Quando os Guarani começaram o processo de retomada em 2009, os produtores das terras ocupadas entraram com pedidos de reintegração de posse. Os processos tramitam na Justiça, mas até agora, com os recursos impetrados pelo Ministério Público Federal (MPF), as dez aldeias mais recentes puderam permanecer.

A partir de 2012 os produtores rurais da região passaram a organizar uma forte campanha contra as ocupações indígenas: "O Brasil que produz merece respeito" é o slogan estampado em adesivos colados nos carros e folhetos distribuídos pela cidade. No ano seguinte, criaram a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), que tem organizado debates e manifestações, além de mobilizar políticos da região contra as demandas dos Guarani.

No mesmo ano, prefeitos e vice-prefeitos de onze municípios da região realizaram um encontro no município de Marechal Cândido Rondon com parlamentares estaduais e do Congresso Nacional, além de representações patronais, para elaborar uma carta a esferas do Poder Executivo e Legislativo. Com o auditório lotado de agricultores da região, a carta demonstrava "preocupação com a possibilidade da demarcação de reserva indígena no oeste do Paraná" e reforçava a visão de que os índios seriam "estrangeiros" na terra.

"É importante lembrar que esta região foi libertada da exploração estrangeira justamente pela ocupação dos colonos a partir da década de 40, após adquirirem terras que foram distribuídas

CONT.



pelo governo às colonizadoras”, diz o documento. “Chama a atenção o fato de que até bem pouco tempo, praticamente não existiam indígenas nesta região. Além disso, é público e notório que índios estão migrando de outras regiões do país e até do Paraguai para iniciar este suposto movimento visando a demarcação de uma área indígena em terras produtivas do extremo Oeste do Paraná”, prossegue.

O deputado federal Dilceu Sperafico (PP-PR), membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, a bancada ruralista, é um dos signatários que levou a carta para leitura no plenário da Câmara dos Deputados. À Pública, o parlamentar disse que a Funai “fica fomentando invasões de áreas e tentando demarcar a todo custo áreas que já são tituladas há cinquenta anos na nossa região”. Na sua visão “a finalidade da Funai não é só demarcar áreas indígenas. É dar bem-estar, acompanhar e inserir, na medida do possível, o índio à sociedade”.

“Não somos em hipótese alguma contra os indígenas”, afirma Dilceu. Ele também defende que as ocupações recentes de terras são feitas por indígenas que “estão vindo do Paraguai, da Bolívia, do Mato Grosso, de todo lugar, pra lá” e por isso “a solução seria demarcar onde não haja conflitos e tenha áreas disponíveis. Ou, se [a Funai] quer determinada área que seja uma propriedade, tem que indenizar, se o proprietário tiver interesse”.

O deputado ainda argumenta que, além da Funai, ONGs internacionais “têm interesses de todo lado” na questão: “Tem gente que vive disso, é o ganha pão deles ficar trabalhando para uma ONG”. Se não houver uma solução, ele vaticina: “Lá na nossa região vai dar conflito, vai dar morte”.

A reportagem tentou, ao longo de uma semana, ouvir representantes da Ongdip, mas o presidente e o vice-presidente estavam viajando e não retornaram os contatos. Qual o valor da terra?

Clovis Brighenti, que atua com populações indígenas desde 1988, resume o impasse: “Para o agronegócio, a terra é uma mercadoria. A terra é um dos bens mais valiosos e, hoje, a terra tem um valor econômico expressivo. Mas a população indígena – os Guarani, especialmente – ocupam o espaço de outra maneira. Eles querem a terra pra poder viver sobre ela. É um espaço sagrado. Para o mercado, não. Então o mercado jamais vai aceitar que a terra seja – na visão dele – ociosa”.

Para o historiador, os indígenas são vistos como “estorvos” pela população. “É uma sociedade com uma única língua, com um único pensamento, com um único modo de produção, e quem não se enquadra está fora. Os militares no Brasil tiveram a proeza de fazer essa castração total, de impedir qualquer diferença, diferença biológica, diferença cultural”.

Apesar de terem direito constitucional a uma educação escolar diferenciada, na região apenas a aldeia de Marangatu, existente desde 2004 em uma área de preservação do Lago de Itaipu, tem uma escola em condições adequadas. Com áreas em disputa judicial, o poder público tem sido pressionado pelo MPF a garantir condições mínimas de sobrevivência aos indígenas. Em

CONT.



junho de 2013, uma série de procedimentos instaurados pelo órgão exigiu a instalação de água e luz nas aldeias. Até então, das treze ocupações só uma tinha fornecimento adequado de água. Nenhuma delas contava com luz elétrica para todos – seis ficavam completamente no escuro durante a noite.

Os procedimentos do MPF também resultaram em investigações por conta de publicações recentes na internet contra os indígenas. Há um inquérito policial e cinco ações penais movidas na Justiça contra pessoas acusadas de postar conteúdo racista em redes sociais e blogs. As postagens foram removidas por conta do processo, mas ainda assim conteúdo de cunho racista e violento pode ser encontrado na página da Ongdip. Além disso, a polícia ainda investiga denúncia contra uma cooperativa da região, de demissão em massa de indígenas motivada por discriminação social. O inquérito corre em sigilo.

Antropólogos hostilizados

Além dos indígenas, funcionários e especialistas que atuam com os Guarani sofrem retaliações dos cidadãos de Guaíra, onde estão dez das treze aldeias ainda não demarcadas. Diogo Oliveira, antropólogo da Funai que trabalhou na região entre 2012 e 2014, conta que, no período, o clima era de “hostilidade e tensão”: “Eu era hostilizado nas ruas e sempre havia uma insegurança em permanecer na área”. Ele lembra que, certa vez, quando estava saindo de um restaurante, um carro que não conhecia se aproximou e seu motorista abaixou o vidro e disse: “isso vai acabar”. Com a atuação do MPF, que estabeleceu uma unidade em Guaíra em 2012, a situação ficou mais tranquila: “Hoje os indígenas conseguiram um pouco mais de reconhecimento, mas situações de preconceito e de violência permanecem”, diz Diogo.

Camilla Sales, antropóloga integrante do grupo de trabalho designado pela Funai para avaliar a presença indígena na região, afirmou à reportagem que um comerciante local chegou a ser constrangido a deixar de atendê-la. Camila comprava com frequência alimentos em quantidade para os indígenas, e já era conhecida na cidade pela sua atuação. Depois de algum tempo, ela conta, o dono do comércio se negou a vender a ela. Disse ter recebido a ligação de um funcionário de uma agência bancária da cidade questionando “de que lado” ele estava, e alertando que ele não devia mais comercializar com a antropóloga. Pesquisadores do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) ouvidos pela Pública também contaram que, depois de reconhecidos, uma agência local de aluguel de carros deixou de atendê-los. Hoje, é preciso alugar carros em outro município para conseguir se deslocar entre as aldeias.

A vice-cacique Paulina atenta para o fato de Guaíra ser uma cidade essencialmente indígena, mas que assim trata os Guarani como se “não fossem seres humanos”: “Guaíra era a maior concentração das famílias guarani naquele tempo. A cidade hoje, o centro da cidade, está exatamente em cima da maior aldeia que tinha”. Ela reconta o que lembram os anciãos: o nome da cidade advém do nome de um dos caciques que ali vivia, Guavirá.

E faz questão de manter viva a história do nome escolhido para o complexo hidrelétrico de Itaipu. Trata-se de uma referência a duas palavras em guarani, ita e ipu, o que significa “pedra que faz barulho” ou “pedra que tem som”. “Tiveram a coragem de usar a palavra guarani pra ser o nome da represa deles. Isso eu acho uma violência enorme”.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

Filme Vento Forte será exibido amanhã na UFPE

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2015



O documentário "Vento Forte" traz a tona diversas violações dos direitos humanos que vem ocorrendo no Brasil. Os impactos causados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro que ameaçam diariamente o modo de vida tradicional dos pescadores artesanais.

REALIZAÇÃO: CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES

PRODUÇÃO: ARTE EM MOVIMENTO

DIREÇÃO: PATRÍCIA ANTUNES

CPP

Amanhã acontece a exibição do filme "Vento Forte" no Cineclube RacioCine Livre, às 12h40, no prédio do CCSA/UFPE. Após a exibição do documentário, será realizado debate sobre a situação dos pescadores e das pescadoras artesanais do país com foco nos casos de Pernambuco. Participarão do debate pescadores e pescadoras que participaram do filme da comunidade Engenho do tariri (Gaibú), que estão sofrendo com os impactos vindos do Porto de Suape. A Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro também ganha espaço para a coleta de assinaturas em apoio ao seu projeto de lei.

Serviço:

Exibição do filme "Vento Forte" no Cineclube RacioCine Livre

Horário: 12h40

Local: prédio do CCSA/UFPE (sala D4).

Entrada Gratuita

CONT.



Sobre Vento Forte:

O documentário "Vento Forte" passa por 22 comunidades pesqueiras do Brasil e mostra como o avanço da aquicultura empresarial, do turismo predatório e dos grandes projetos traz impactos nocivos para comunidades pesqueiras de todo país, negando seus direitos e criando conflitos em seus territórios. O filme é uma iniciativa do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e foi produzido pela Arte em Movimento. A realização contou com o apoio de diversos parceiros.

Comissão da Câmara vai analisar PEC sobre demarcação de terras indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2015



Por Luciano Nascimento, Agência Brasil

A Câmara dos Deputados instala amanhã (17) uma comissão especial para tratar da proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.

A proposta é motivo de atrito entre indígenas e agricultores. Em fevereiro, lideranças indígenas foram à Câmara para pedir ao presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que não criasse a comissão e engavetasse a proposta.

Pelo texto da proposta, passa a ser competência exclusiva do Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas, por meio de decreto. Caso seja aprovada na comissão especial, a proposta terá ainda que ser analisada e votada em dois turnos pelo Plenário.

Fotografando Povos Tradicionais: João Roberto Ripper

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2015

Fotógrafo percorrerá 10 mil km entre MG e MA para retratar modo de vida de quilombolas, gerazeiros, ribeirinhos e colhedores de flores. Entre suas obras de destaque está 'Retrato Escravo', elaborado ao lado da OIT.

O carioca João Roberto Ripper, renomado fotógrafo documental, está na estrada fazendo o que mais gosta, fotografando pequenos povoados no interior do país. Durante três meses ele percorrerá quase dez mil quilômetros de carro entre os estados de Minas Gerais e Maranhão documentando o cotidiano de populações que habitam florestas e beira de rios. Onze comunidades, onde vivem quilombolas, ribeirinhos, gerazeiros e colhedores de flores foram selecionadas.



Todas elas, compartilham um sentimento comum: a ambição pelo reconhecimento territorial e identitário. "Eu vou dar continuidade a um trabalho que venho fazendo há muitos anos. A proposta é focar no norte de Minas e em Alcântara, no Maranhão, mas indiretamente outras populações pobres do Brasil, com uma rica diversidade cultural, beneficiam-se, pois este é um projeto que atinge a solidariedade humana" afirma Ripper.

CONT.

O projeto, intitulado Fotografando Povos Tradicionais está entre os contemplados pelo Prêmio Marc Ferrez de Fotografia, da Funarte. As primeiras imagens já podem ser vistas pelo público no blog e fan-page criados exclusivamente para acompanhar o deslocamento de Ripper.



Breve biografia

Aos 61 anos, João Roberto Ripper ocupa lugar de destaque entre os ícones da fotografia documental humanitária no Brasil e no mundo. Nos anos 90 trabalhou ao lado do Ministério Público e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) denunciando focos de trabalho escravo em minas de carvão no interior do país e fotografou durante duas décadas a triste saga dos índios Guarani Kaiowá em busca de direitos básicos, como terra, saúde e alimentação.

Hoje, Ripper é visto como orquestrador de um novo olhar sob as favelas cariocas. Isto porque ele é um dos fundadores da Escola de Fotógrafos Populares que forma profissionais, prioritariamente moradores das comunidades que compõem o Complexo da Maré, na área da fotografia e jornalismo.

CONT.



Nos últimos anos ele tem percorrido o Brasil e o mundo ministrando uma oficina intitulada Bem querer onde ensina os princípios da comunicação popular e fala sobre o método de trabalho que criou, a fotografia compartilhada, onde as pessoas fotografadas ajudam a editar o material final – podendo inclusive excluir fotografias dos arquivos brutos. J.R. Ripper tem dois livros lançados. O primeiro chama-se Imagens Humanas e o segundo Retrato Escravo, ambos podem ser folheados no site oficial do fotógrafo.

[Fanpage](#)

[Blog Fotografando Povos Tradicionais](#)

[Site de J.R. Ripper](#)

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Helen Santa Rosa.

Pataxó: descobrindo o poder, por Egon Heck
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2015



Em Egon Heck Blogspot

Foram se ajeitando e se ajuntando aos poucos. Entre as indumentárias e instrumentos mais importantes os vistosos cocares, o urucum e jenipapo, o maracá, o tacape e arco e flecha rituais.

No coração um enorme sentimento de paz e guerra.

Vieram lutar pela terra, pelos seus direitos, pela vida de seu povo e de todas as nações indígenas do Brasil. Véspera de abril. Na memória a falácia do falso "descobrimento". Vêm do litoral do "encobrimento" para a capital do vil poder. Vêm do Monte Pascoal, tão admirado por Cabral, vêm de Barra Velha, de novas lutas pela terra, vêm de Cumuruxatiba, de Prado, vêm de Porto Seguro, de Santa Cruz de Cabralia, de Coroa Vermelha e uma dezena de outras aldeias.

CONT.



No Centro de Formação Vicente Cañas, a primeira parada. Início do ritual. É de encher o coração sentir a alma dessa gente retumbar ao som do maracá, da borduna e da flauta. É hora de fazer a esperança avançar. Hora de protestar, de exigir os direitos.

As ruas falaram na semana que passou. Mas falaram apenas no singular. Nenhuma referência ao Brasil plurinacional que é o melhor sonho para um país tão desigual, corrupto e injusto. É preciso lutar por um outro projeto de país, no qual as cores vivas e belas dos povos originários não poderão faltar. Troca de governo é ilusão passageira. É preciso trocar o projeto de nação, aprofundar a democracia, vencer o estreito calabouço do autoritarismo e ditadura de uma minoria de privilegiados.

“Se negarem nossas terras haverá guerra. Não vamos aceitar perder nossas terras. Isso é vandalismo. Fazem das audiências públicas sessões de terrorismo. Morro lutando pelo meu povo. Estou aqui para o que der e vier”. Essas expressões de uma das lideranças Pataxó, firmes e contundentes, denotam a consciência política de seus direitos, ao mesmo tempo em que refletem o fim da paciência depois de mais de 500 anos de opressão.

Vários depoimentos falam da invasão, não a de cinco séculos passados, mas a atual: “Estão querendo invadir a Constituição para arrancar dela nossos direitos”.

Os povos indígenas da Bahia foram os primeiros a sofrer o impacto da chegada de uma civilização marcada pelo massacre e genocídio para saquear as riquezas, as almas e a cultura de mais de mil povos, com uma população aproximada de 6 milhões de pessoas. Nesse processo de extermínio mais de um milhão de índios foi morto a cada século.

No ano 2000 os povos originários sobreviventes marcharam para o litoral da Bahia, para, no local da invasão, dizer não ao processo de violência e etnocídio. Foram mais de 3 mil representantes de mais de 150 povos. Quando se dirigiam a Porto Seguro para dizer sua palavra sobre os 500 anos de invasão, foram dura e covardemente reprimidos pela polícia.

São inúmeros os problemas que os Pataxó, Tupinambá, Pataxó-Hã-Hã-Hãe e outros povos indígenas da Bahia enfrentam. O mais grave, todavia, continua sendo a não demarcação e respeito dos territórios indígenas. Será mais um momento de exigir dos poderes o reconhecimento dos direitos e se unir aos povos indígenas do país, para dizer não à PEC 215, ao PL 1610 e às dezenas de iniciativas de rapina que têm como intuito retirar ou reduzir os direitos indígenas conquistados na Constituição de 1988.

Destaque: Foto de Laila Menezes



PEC das terras indígenas terá comissão especial instalada amanhã

SÍTIO CBN FOZ, 16.03.2015

A comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil, será instalada nesta terça-feira (17), às 14h30, com a eleição do presidente e dos vice-presidentes.

A PEC é motivo de embate entre índios e agricultores. No último dia 25 de fevereiro, por exemplo, mais de 30 lideranças indígenas estiveram na Câmara, em evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, para pedir a derrubada da proposta.

Já a Frente Parlamentar da Agropecuária defende a medida e alega que ela não é contra os índios nem contra a preservação do meio ambiente.

Outra comissão especial sobre a PEC funcionou na legislatura passada. Instalada em dezembro de 2013, ela acabou encerrada no final do ano passado sem que tivesse sido votado o relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), favorável à PEC.



Novo comando da Seind será anunciado em um mês

SÍTIO A CRÍTICA, 16.03.2015

Governador José Melo afirmou que vai ouvir lideranças indígenas, que se articulam para lançar nomes, para a escolha dos novos gestores

O governador José Melo (Pros) estuda mudanças na direção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind). A informação foi divulgada nesta segunda-feira (16) pela Agência de Comunicação do Amazonas (Agecom).

Segundo o texto da agência, José Melo pretende "reunir as organizações indígenas para buscar nomes de consenso ao longo dos próximos trinta dias".

No fim de fevereiro, A CRÍTICA mostrou que, após assegurarem a manutenção da pasta em meio a reforma administrativa e os rumores de sua possível extinção, líderes indígenas se articulam para tentar mudanças no comando da pasta. Os indígenas estão divididos e cada grupo quer emplacar nomes de seu interesse.

No dia 25 de fevereiro, quando anunciou à imprensa detalhes da reforma administrativa, o governador afirmou que nunca pensou em extinguir a Seind e que foi pego de surpresa com os rumores de que a pasta perderia status de secretaria para passar a ser um departamento da Secretaria de Assistência Social. "Jamais iria acabar com uma função tão importante", afirmou à época.

Os líderes indígenas, entretanto, atribuem a manutenção da secretaria à pressão exercida sobre o governo.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

Conhecimento tradicional é prioridade nas emendas ao marco legal da biodiversidade

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 16.03.2015



Iara Guimarães Altafin

A maioria das 116 emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que estabelece o marco legal da biodiversidade, revela preocupação dos senadores com a proteção do conhecimento desenvolvido por povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a fauna e flora nativas. A nova lei deverá facilitar a pesquisa com patrimônio genético, e os parlamentares querem aperfeiçoar as normas que tratam da repartição de benefícios gerados pelo uso comercial desse patrimônio e do conhecimento tradicional a ele associado.

Nove dos onze parlamentares que apresentaram emendas pedem a substituição do termo "populações indígenas", utilizado no projeto, pelo termo "povos indígenas". A mudança, explicam, visa seguir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil. A expressão "povos indígenas", argumentam, engloba não apenas o sentido de identidade cultural e identidade étnica, mas também assegura os direitos dos indígenas perante as leis brasileiras.

CONT.



Emendas para que a expressão seja padronizada em todo o projeto foram apresentadas por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Telmário Mota (PDT-RR), Lindbergh Farias (PT-RJ), Lídice da Mata (PSB-BA), João Capiberibe (PSB-AP), Roberto Rocha (PSB-MA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Paulo Rocha (PT-PA).

Humberto Costa (PT-PE) se somou a Lindbergh, João Capiberibe, Paulo Rocha, Randolfe, Telmário e Vanessa em emenda para garantir aos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais o direito de usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

Repartição de benefícios

Os senadores também querem mudar regra que trata da repartição de benefícios pela exploração econômica desse patrimônio pela indústria. O projeto obriga o pagamento de compensação financeira, que pode variar de 0,1% a 1% da receita líquida obtida com a venda do produto acabado, aquele oferecido ao consumidor final. No entanto, limita a exigência ao produto acabado que tenha componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado como um dos principais elementos de agregação de valor. Emendas apresentadas determinam a repartição de benefício sempre que o produto resultar de uso de patrimônio genético ou conhecimento associado, mesmo que não esteja entre os principais elementos de agregação de valor.

O projeto também prevê isenção de repartição de benefícios quando o produto resultar de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000, mesmo que ainda que esteja sendo explorado economicamente. Foram apresentadas emendas para acabar com essa isenção.

Conhecimento tradicional

Para ampliar as formas de reconhecimento do conhecimento tradicional associado, alguns senadores apresentaram emendas para prever o uso de registro audiovisual e de mecanismos de busca na Internet. O projeto já determina como meios de reconhecimento publicações científicas, registros em cadastros ou bancos de dados e inventários culturais.

Alguns parlamentares também propõem alterar o texto para explicitar que conhecimento tradicional associado só será considerado de origem não identificável quando não houver a possibilidade de vincular sua origem a, pelo menos, um povo indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, depois de esgotadas tentativas de obtenção de informação sobre sua origem pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) ou por qualquer outro meio, inclusive mecanismo de busca na internet.

CONT.



Agricultor tradicional

O conceito de agricultor tradicional utilizado no projeto foi considerado inadequado por alguns senadores, que sugerem emendas para que seja substituído pelo conceito de agricultor familiar previsto na Lei 11.326/2006. Telmário Mota argumenta que esta lei define parâmetros para classificação de agricultores familiares, um conceito amplamente utilizado nas políticas de desenvolvimento rural. Para o senador, não se justifica a inclusão, no marco legal da biodiversidade, do conceito de agricultor tradicional.

Remessa ao exterior

Os senadores também querem alterar norma que trata da remessa de material genético ao exterior. O texto em exame prevê a possibilidade de autorização, por ato administrativo, de acesso e remessa de patrimônio genético a pessoa jurídica sediada no exterior, mesmo que não associada a instituição nacional, pública ou privada. Emendas apresentadas ao projeto determinam que só seja concedida a autorização para empresas estrangeiras associadas a empresas ou instituições de pesquisa nacionais.

Relatores

O PLC 2/2015 será relatado pelo senador Jorge Viana (PT-AC), na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Telmário Mota, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e Acir Gurgacz (PDT-RO), na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O projeto também tramitará nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), onde será relatado pelo senador Douglas Cintra (PTB-PE), e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde ainda aguarda designação de relator.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Operação de combate a madeireiros destrói 62 mil pés de maconha no MA

SÍTIO GLOBO.COM, 16.03.2015

Ação foi realizada durante 8 dias em terras indígenas a noroeste do estado. Além da droga, a Polícia Federal e o Ibama destruíram 173 serrarias.

Sessenta e dois mil pés de maconha, vários acampamentos clandestinos de madeireiros e 173 serrarias ilegais foram destruídos durante operação de combate a ação de madeireiros em terras indígenas a noroeste do Maranhão realizada pela Polícia Federal e Grupo Especial de Fiscalização do Ibama.

A ação durou oito dias e teve como alvo as comunidades Caru, Alto Turiaçu e Reserva biológica do Gurupi, terras dos índios Awa. O saldo da operação foi divulgado nesta segunda-feira (16) pela Polícia Federal.

Durante o período de combate aos madeireiros ninguém foi preso, mas vários caminhões e equipamentos usados pelos criminosos foram destruídos. O objetivo é proporcionar prejuízo aos infratores que mudaram a forma de agir e agora derrubam apenas as árvores com maior valor comercial.



Lei da biodiversidade terá dois debates em comissões do Senado

SÍTIO CENÁRIO MT, 16.03.2015

Serão realizadas nesta semana no Senado duas audiências públicas para discutir o projeto que institui o marco legal da biodiversidade (PLC 2/2015), promovidas pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto simplifica regras para pesquisa com plantas e animais nativos e regulamenta a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial do patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais. O texto tramita no Senado em regime de urgência, será analisado pelas comissões e precisa ser votado pelo Plenário até dez de abril, caso contrário passará a trancar a pauta.

O projeto original foi apresentado pelo Executivo, mas sofreu mudanças na Câmara dos Deputados. Conforme o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), um dos autores dos requerimentos propondo os debates, a matéria chegou ao Senado "recheada de polêmicas", com críticas de entidades científicas, ambientalistas e de defesa dos povos indígenas. Com as audiências públicas, os senadores poderão ouvir os diferentes pontos de vista sobre o assunto e aperfeiçoar o projeto, buscando superar os conflitos.

Para o debate desta terça-feira (17), às 9h, as comissões convidaram sete ministros: Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; Kátia Abreu, da Agricultura; Nilma Gomes, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Aldo Rebelo, da Ciência, Tecnologia e Inovação; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário; Jaques Wagner, do Ministério da Defesa; e Armando Monteiro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No debate de quarta-feira (18), às 8h, serão ouvidos os presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade; da Confederação Nacional da Agricultura, João Martins; da Associação Brasileira da Indústria Química, Fernando Figueiredo; e do Grupo Farma Brasil, Reginaldo Braga Arcuri.

Também foram convidados os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Mauricio Lopes; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader; da Fundação Osvaldo Cruz, Paulo Gadelha; e da Fundação Nacional do Índio, Flavio Chiarelli Azevedo; além dos diretores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Luiz Renato de França; e do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nilson Gabas.

Os debates serão transmissão ao vivo pelo portal e-Cidadania (bit.ly/audienciainterativa) e pela TV Senado. Os convidados também responderão perguntas enviadas ao portal e-Cidadania, Alô Senado - 0800 61 22 11, Twitter (twitter.com/agencia_senado) e Facebook (facebook.com/senadofederal).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

COMO ACOMPANHAR E PARTICIPAR

Participe:

http://bit.ly/Marco_Legal_da_Biodiversiade_1ª_Audiencia

Portal e-Cidadania:

www.senado.gov.br/ecidadania

Facebook: eCidadaniaSF

Twitter: @e_cidadania

Índio é preso com droga e pé de maconha dentro de casa em Vila Velha

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 16.03.2015

Foram dois pés de maconha encontrados, de acordo com a polícia, além de munição. Os policiais chegaram até a casa do suspeito após uma denúncia anônima



Dois pés de maconha, 77 buchas da mesma droga e 16 munições de pistola 9 milímetros foram apreendidos dentro da casa de um índio. A residência, localizada em Ilha dos Ayres, em Vila Velha, foi encontrada pela polícia após uma denúncia anônima.

De acordo com o suspeito, Nereilton Santos de Jesus, de 39 anos, o material não é dele. "Eu nem sei quem foi que deixou lá. Eu iria até jogar fora, porque aquilo não presta. A droga não é minha. Não sei de quem é aquela maconha", afirmou.

Os policiais militares foram recebidos pela mulher do suspeito. Descendente de indígenas, Nereilton chegou em casa quando a residência era vistoriada pela polícia. Ele foi levado para a delegacia de Vila Velha.



Defensoria notifica município a reabrir imediatamente escola e posto de saúde
SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 16.03.2015

Da Assessoria/Defensoria-MT

A Defensoria Pública vai encaminhar uma notificação recomendatória ao Município de Barão de Melgaço, a fim de que sejam tomadas providências urgentes em relação a reabertura do Posto de Saúde e Escola da Comunidade de Pirigara. O local foi desativado há mais de dois anos, conforme constatado pelos Defensores Públicos Air Praeiro, Munir Arfox, Corina Pissato e Joaquim Abinader, durante a realização do projeto Ribeirinho Cidadão VIII.

De acordo com a professora Ana Maria de Almeida Martins, para não deixar os alunos sem aula, ela resolveu transformar parte de sua casa em escola. "O prefeito não manda professor, merenda, nem combustível. As crianças entre sete e 13 anos andam cerca de 2,5 quilômetros por dia, beirando o rio, para assistir as aulas", contou, acrescentando que leciona até a quarta série e todos os alunos estão cadastrados no Ministério da Educação.

Alunos sem aula

2ff19b2425f5212d4b7e8c945a690614 XLA situação dos quase 300 alunos das escolas estaduais de Pontal do Glória e do Distrito de Mimoso, ambas pertencentes a Santo Antônio de Leverger, que estavam sem frequentar as aulas desde o início do ano letivo, 9 de fevereiro, devido à falta de transporte escolar, foi resolvida apenas com a divulgação midiática. De acordo com o Defensor Público Air Praeiro, a Secretaria Estadual de Educação entrou em contato com a Prefeitura e o transporte foi regularizado imediatamente.

"Na comunidade de Fátima de São Lourenço, pertencente a Juscimeira, no entanto, o problema da falta de transporte coletivo permanece. Por isso, vamos interpor uma Ação Civil Pública contra o Município, a fim de coagir a autoridade competente a cumprir com seu dever e regularizar a situação", declarou Praeiro.

Os problemas da falta de transporte nas escolas também foram constados pelos Defensores Air Praeiro, Munir Arfox, Joaquim José Abinader Guedes da Silva e Corina Pissato, durante a realização do projeto Ribeirinho Cidadão VIII, que prestou atendimento jurídico e social integral e gratuito a mais de 30 comunidades das regiões de Barão de Melgaço, Poconé, Juscimeira e Santo Antônio de Leverger.

O projeto

O projeto teve duração de 15 dias, sendo encerrado no último dia seis. Foram parceiros da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

Defensoria Pública na realização do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; INSS; Receita Federal; Sesc; Incra; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e médicos voluntários.



Defesa Civil do Amapá emite alerta de enchentes

SÍTIO PORTAL EBC, 16.03.2015

Sâmia Mendes

Defesa Civil do Amapá emite alerta sobre ocorrências de possíveis enchentes no estado ainda nesse mês.

O alerta informativo sobre possíveis cheias entre os dias 18 a 26 de março em cinco municípios amapaenses aconteceu após a observação da ocorrência combinada do Equinócio das Águas, aliado à lua nova, que tem grande influência na maré, e a possível incidência de chuvas nos horários da preamar.

Segundo o secretário executivo da Defesa Civil Estadual, tenente-coronel Janary Picango, informações técnicas repassadas pelo Núcleo de Hidrometeorologia do Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá, alertam para um mês de março bastante chuvoso.

Com previsão de marés acima de três metros, que combinadas com chuvas e ventos fortes, podem provocar alagamentos em áreas consideradas de risco", explicou.

A possível enchente pode causar inundações em Vitória do Jarí, Laranjal do Jarí, Santana, Calçoene e Macapá.

A Defesa Civil está preocupada com as comunidades ribeirinhas por causa dos riscos de alagamentos e alerta que moradores dessas regiões adotem medidas preventivas, a fim de proteger bens móveis, criações de animais, estruturas de cais, pontes, passarelas e residências.

De acordo com o tenente-coronel, outra área que deve ter atenção especial é o Centro Comercial de Macapá, onde está localizado o canal da Avenida Mendonça Júnior, que comporta a água do rio Amazonas e recebe o escoamento das águas pluviais.

Durante esse período, a Defesa Civil contará com o apoio do Iepa para fazer o monitoramento e a coleta de dados científicos que possam embasar o poder público a tomar medidas preventivas nos casos de enchente.



Secretaria de Igualdade Racial discute patrimônio genético em audiência no Senado
SÍTIO PORTAL BRASIL, 16.03.2015

Ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes, participará nesta terça-feira (17) de audiência pública que debaterá o Marco Legal da Biodiversidade

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal realiza, nesta terça-feira (17), audiência pública que irá discutir Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui o Marco Legal da Biodiversidade.

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Nilma Lino Gomes, participará do encontro para tratar das questões referentes às Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Matriz Africana relacionadas com a matéria.

A iniciativa ocorre no Plenário 6, no Anexo II do Senado Federal, Ala Nilo Coelho, a partir das 9 horas.

Também participam do debate desta terça-feira os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, da Agricultura, Kátia Abreu, da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo; do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias; do Ministério da Defesa, Jaques Wagner, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro.

Projeto de Lei nº 7735/2014

A audiência terá como foco a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015 (PL nº 7735/2014) dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade e revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Os avanços técnico-científicos experimentados no campo do sequenciamento e manipulação de dados genéticos ao longo das últimas décadas denotam a necessidade do Estado brasileiro em regulamentar a matéria.

Nesse contexto, é fundamental a participação da Seppir no debate, uma vez que é o órgão do Poder Executivo responsável por assistir e acompanhar a formulação, articulação e implementação de legislação para garantir os direitos étnicos e culturais dos remanescentes das comunidades dos quilombos e povos tradicionais de matriz africana.

Fonte: Secretaria de Igualdade Racial

Cem indígenas da Bahia prometem protesto contra a PEC 215

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



CIMI

Na semana em que o Congresso promete reabrir a Comissão Especial para analisar a PEC 215, uma delegação de índios Pataxó, Pataxó Hahãehãe, Kariri e Tupinambá, todos do extremo sul da Bahia, está em Brasília para cumprir uma agenda cheia de visitas e pedidos nas três instâncias de poder para que os direitos indígenas e a Constituição sejam respeitados.

Ao todo, devem circular pelo Eixo Monumental, cerca de cem indígenas, com a chegada de mais uma delegação da região Norte da Bahia. "O governo federal está calado diante da questão. Hoje a visão do nosso país é o agronegócio. O governo não vê o tanto de sangue que já foi derramado. Nós, índios, não ocupamos uma terra que não seja nossa. Vai acontecer uma guerra", alertou um dos representantes do povo Pataxó durante a reunião de abertura dos trabalhos na segunda-feira (16).

A ideia é que visitem os gabinetes dos deputados entregando um documento, na tentativa de

CONT.



sensibilizar os parlamentares para votarem contra a PEC 215. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também serão visitados. A pauta no STF é alertar para as consequências que as últimas votações da 2ª turma vão trazer para os povos indígenas. Um protesto está marcado simultaneamente à reinstalação da Comissão Especial da PEC 215.

Já na quarta-feira (18), o grupo vai realizar uma caminhada pelo eixo monumental carregando faixas e cartazes, alertando para o que vem acontecendo com os povos indígenas. Mais para o final da semana está marcado um encontro com a Funai e representantes do Executivo também está previsto ao longo dessa semana.

A delegação também vai participar da instalação da Frente Parlamentar de apoio aos Povos Indígenas, que está prevista para esta terça-feira (17).



Lançados editais de cursos para assentados e quilombolas no Piauí

SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.03.2015

Vagas são para os cursos de pedagogia, geografia e agronomia. As aulas estão marcadas para começar em julho deste ano

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi), em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), lançou na última sexta-feira (13) três editais de cursos especiais de nível superior destinados a assentados da reforma agrária e população quilombola. As aulas estão marcadas para começar em julho deste ano.

Os cursos ofertados são de Licenciatura Plena em Pedagogia (com 50 vagas), que será ministrado em Teresina; Licenciatura Plena em Geografia (50 vagas), ministrado em Parnaíba; e Bacharelado em Agronomia (50 vagas), que é vinculado ao campus da Uespi de São Raimundo Nonato e aos Núcleos localizados nas cidades de São João do Piauí e Esperantina.

O reitor da Uespi, Nunga Cardoso Batista, destacou que a instituição procura oferecer o que há de melhor e atender às necessidades da sociedade piauiense, tanto da cidade como do campo.

“Estamos diante de um grande desafio, que é levar a educação superior a assentados. Fazer ensino superior na cidade é fácil, mas levar uma educação superior para assentados realmente não vai ser uma tarefa das mais fáceis, pois demandam de uma atenção maior”, disse o reitor.

A equipe pedagógica será formada por estudantes, professores, coordenador geral e pedagógico, estudantes pesquisadores e monitores, que serão compostos por representantes dos movimentos sociais parceiros dos cursos.

Para atender as exigências do Pronera, os conteúdos curriculares devem ser vinculados a questões do campo, assim como a divisão da equipe pedagógica, a realização das aulas e conteúdos a serem ministrados.

De acordo com o superintendente regional do Incra-PI, Marcelo Mascarenha, os assentados da reforma agrária terão a oportunidade de alcançar o conhecimento do ensino superior e vão poder também transformar esse conhecimento.

“É um passo importante para a história da construção da dignidade do homem e mulher do campo. Espero que essa parceria possa ser ampliada para o todo o estado do Piauí”, disse o superintendente do Incra-PI.

O regime das aulas será dividido em Tempo Escola e Tempo Comunidade. O Tempo Escola é o período dedicado ao estudo dos componentes curriculares na dinâmica escolar, que deve

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

acontecer no curso de Pedagogia em Teresina, no curso de Geografia em São João do Piauí e no curso de Agronomia em Esperantina.

Já no Tempo Comunidade, os alunos retornam às suas comunidades para fazerem pesquisas, extensão e a vivência da vida comunitária, será uma articulação entre a teoria e a prática.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Projeto Ribeirinho Cidadão emite 317 carteiras de identidade às comunidades carentes

SÍTIO POCONET, 17.03.2015

A oitava edição do Projeto Ribeirinho Cidadão resultou na abertura de 317 processos para a emissão de documentos de identidade em 11 comunidades ribeirinhas do Pantanal Mato-Grossense.

Durante 15 dias, foram percorridas as partes fluviais dos municípios de Barão de Melgaço e Poconé e a parte terrestre de Santo Antônio de Leverger e Juscimeira. O atendimento foi realizado pelo papiloscopista Adejanir Vieira de Almeida e pelo técnico de desenvolvimento econômico e social Gustavo Bená de Araújo. Segundo os servidores, os documentos serão entregues à população no prazo de 20 dias.

No município de Barão de Melgaço foram atendidas as comunidades de Estirão Comprido, Cuiabá Mirim, São Pedro de Joselândia, Arara Azul, e Fazenda São João. Em Santo Antônio de Leverger foram atendidos os distritos de Mimoso e as comunidades de Agrovila das Palmeiras, Pontal da Glória, além de São Lourenço de Fátima em Juscimeira.

De acordo com o técnico Gustavo Bená o serviço de emissão do documento de identidade foi um dos mais procurados depois do atendimento médico. "Em todas as comunidades que percorremos a emissão de identidade foi um serviço com bastante procura, tanto para a primeira via quanto para a segunda. No mesmo local as pessoas poderiam retirar a declaração de hipossuficiência para a isenção de pagamento de taxa, ou ter acesso às certidões de nascimento ou casamento para dar entrada no processo de identificação", disse.

O Projeto Ribeirinho Cidadão é uma iniciativa da Defensoria Pública em parceria com o Tribunal de Justiça e demais instituições. O objetivo é atender as famílias carentes situadas às margens do Rio Cuiabá e São Lourenço com o intuito de dirimir os conflitos através da prestação jurisdicional, bem como garantir o status de cidadania à população.

Durante 15 dias foram realizados 5.421 mil atendimentos e procedimentos, um aumento de 26,2% em relação a última edição do projeto, que tem por intuito prestar assistência jurídica e social integral e gratuita à população, segundo a Defensoria Pública.

Somente a área médica foi responsável por 3.608 atendimentos. As consultas oftalmológicas atingiram a marca de 827, com 648 óculos receitados e entregues em mãos aos assistidos, além de 25 encaminhamentos para cirurgias de catarata e pterígio. Os clínicos gerais fizeram 1.537 consultas e procedimentos e os dentistas, 426.

Na parte da cidadania, foram emitidos 495 CPFs, serviço realizado pela Receita Federal, 317

CONT.



Carteiras de Identidade, emitidas por dois membros da Politec, e 113 Carteiras de Trabalho, feitas por uma funcionária do Sine. Na assistência jurídica, que engloba serviços Notariais e Registrais, foram recebidas 353 pessoas, sendo emitidas 211 Declarações de Hipossuficiência por parte da Defensoria Pública, além de outros serviços como 26 casamentos, propositura de Ação Civil Pública e visita carcerária, por exemplo.

Neste ano também houve a participação do Juizado Volante Ambiental (Juvam), que realizou atividade de educação ambiental e recreação com 310 crianças. Além disso, a equipe técnica do CRAS de Barão de Melgaço concretizou 145 atendimentos, incluindo benefícios de prestação continuada, auxílio doença, laudo de perícia psicossocial, programa Bolsa Família. Durante o projeto também foram doadas 40.906 unidades de roupas, calçados, cobertores, meias, mantas, dvd's entre outros.

De acordo com o Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, os números revelam, por si só, o sucesso do projeto. "Porém, o júbilo desta edição se deu por força do comprometimento das instituições parceiras, que abraçaram essa causa social que já é referência, inclusive, para outros Estados. Para a próxima edição já iremos iniciar o planejamento ainda em 2015, a fim de chegarmos em fevereiro/março do ano que vem com uma equipe ainda maior e mais estruturada. Esta é nossa intenção, levar cidadania com serviços de qualidade para aqueles que mais necessitam", pontuou, parabenizando todos os parceiros envolvidos.

Também são parceiros do projeto o Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Ministério Público; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Assembleia Legislativa; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários.

Fonte: Da Redação



Disputa por água afeta 6 mil pessoas

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 17.03.2015

Método da Comissão Pastoral da Terra, que registra conflitos pela água no campo, 1.247 famílias foram atingidas só em 2014

RODIVALDO RIBEIRO

Da Reportagem

Mato Grosso teve 1.247 famílias afetadas (ou 6.235 pessoas, de acordo com método explicado no quinto parágrafo desta matéria) em seis conflitos específicos pela água somente em 2014, informou nesta segunda-feira (16) a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que faz o registro dos conflitos pela água no campo desde 2002 e que antecipou os números com exclusividade para este Diário.

O maior desses conflitos é relacionado à Usina de Manso/Furnas, sua barragem e a Fazenda do Mamão (área localizada entre a capital e Chapada dos Guimarães), ocorrido no dia 28 de março do ano passado e envolvendo 980 famílias, todas ainda às voltas com o não cumprimento de procedimentos legais.

Logo depois vem a discordância na Gleba Mercedes V e a UHE de Sinop, parte do Complexo do Teles Pires (localizada entre os municípios de Tapurah, Tabaporã e Sinop) e parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ocorrido menos de um mês depois, no dia 04 de abril do mesmo ano, a envolver 180 famílias que se viram sob ameaça de expropriação.

Há conflitos específicos em torno da água também nos municípios de Colíder, Itaúba, Cláudia, Nova Canaã do Norte e Paranaíta, por motivos que vão desde os citados não cumprimentos de procedimentos legais até destruição ou poluição, além da mais comum, a também citada ameaça de expropriação (veja quadro completo nesta mesma página).

"Há uma novidade surpreendente que não estava no script dos vários experts no assunto, a crise urbana da água. Essa é a novidade no Brasil de hoje. (...) Entre 2005 e 2014 houve um crescimento evidente dos conflitos por esse bem essencial. Em 2014 foi registrado o maior número de conflitos pela água e de famílias envolvidas nos últimos dez anos", diz a publicação, que acompanha entreveros relacionados a barragens para construção de hidrelétricas ou outros pequenos açudes desde 1985, quando começaram os estudos em torno do que viria a ser chamado de "crise da água" em todo o mundo.

"Aquilo que era um cenário, hoje é realidade na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. No período, 322.508 famílias estiveram envolvidas em conflitos pela água, sendo que em 2014 foram 127 ocorrências desse conflito, envolvendo 42.815

CONT.



famílias. Se multiplicarmos pelo número médio de cinco pessoas, que compõe uma família rural, conforme metodologia do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, então 214.075 pessoas estiveram envolvidas nesse tipo de conflito nesse ano”, segue a publicação.

RANKING - Ao longo dessa década, observa-se que o número de famílias atingidas tem sido maior nos estados onde há grandes projetos de “desenvolvimento”. O Pará é o estado com o maior número de famílias envolvidas nesse período (69.302), a maior parte por conta da Construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Além disso, o chamado “Complexo Hidrelétrico Tapajós”, que prevê a construção de sete usinas ao longo dos dois rios, no oeste do Pará, vai impactar diretamente 32 comunidades tradicionais, entre quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e cerca de dois mil quilômetros de território indígena, principalmente da etnia munduruku.

O Rio de Janeiro ficou em segundo lugar no número de famílias envolvidas nesses dez anos, devido, sobretudo, à implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico, um empreendimento que envolve Vale, Thyssen Krupp e CSA. Somente neste conflito estão envolvidas mais de oito mil famílias. Nesse período foram 66.687 famílias envolvidas nesse tipo de conflito no estado, ficando atrás somente do Pará.

Minas Gerais, com 26.179 famílias envolvidas, vem em terceiro lugar, praticamente todas em conflitos com Barragens e Açudes, que envolvem o Governo Federal e empresas nacionais e internacionais como a Mineradora Carpathian Gold, Manabi S/A, Anglo American, Kinross Gold Corporation, Ferrous Resource, SAM, Sada Bioenergia. Rondônia vem a seguir, com o envolvimento de 23.312 famílias, em conflitos, em sua maioria, com a construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio.

Direito quilombola em pauta: racismo, sociedade e o papel do STF

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



Por Fernando Prioste e Pedro Martins*, Terra de Direitos

Está na pauta do Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, que julgará a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03. O decreto, que regulamenta a ação do Estado para a titulação dos territórios quilombolas, deve ter sua validade julgada nesta quinta-feira (19), com a retomada do voto da Ministra Rosa Weber.

O julgamento teve início em 2012, mas foi interrompido com o pedido de vistas dos autos pela Ministra. A solicitação se deu após o voto do relator, o hoje aposentado Ministro Cesar Peluso.

A ADI 3239, ajuizada pelo antigo Partido da Frente Liberal-PFL (atual Democratas-DEM) em 2004, é uma real ameaça aos direitos das comunidades quilombolas, bem como aos direitos étnicos como um todo.

Os fundamentos utilizados na ADI pelo DEM abrangem aspectos jurídicos formais, materiais e políticos. Para os autores da ação, o decreto violaria a autonomia normativa ao prever a possibilidade de desapropriações para realização das titulações, possuindo assim conteúdo que seria reservado à lei. Ademais, arguem que o critério da autodefinição de identidade, direito

CONT.



garantido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não poderia ser utilizado, pois não haveria previsão legal para tal preceito.

De outro lado, as comunidades quilombolas sustentam que, passado mais de um quarto de século da promulgação da Constituição, esta não pode ter dispositivos inaplicados por ausência injustificada de lei complementar. Ao mesmo tempo, esses povos também argumentam que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição tem aplicabilidade imediata por ser norma com natureza de direitos fundamental.

Para as comunidades quilombolas o critério da autodefinição, que já é utilizado para indígenas e comunidades tradicionais, é o principal, mas não único, elemento de identificação de uma identidade étnica, conforme disposto na Convenção 169 da OIT.

É necessário frisar que o julgamento envolve muito mais do que um debate técnico e asséptico sobre a exigência de lei complementar. Está em jogo, também, a interpretação histórica da escravidão no Brasil, seus efeitos atuais e o papel que o Estado deve desempenhar, incluindo aí o Supremo Tribunal Federal, para superar o racismo entranhado na sociedade e no Estado brasileiro.

Racismo e opressão

A abolição formal e inconclusa advinda com a Lei Áurea, pelo contexto e forma com que se deu, não teve como objetivo enfrentar os efeitos nefastos de uma sociedade que se construiu com base em quase quatro séculos de escravidão negra.

Após 1888 o Estado brasileiro, última nação americana a abolir oficialmente o regime da escravidão, optou por políticas que reforçaram a opressão física, social, política, cultural e econômica da população negra. A política de Estado para o “branqueamento” da população brasileira, baseada na ideia racista da superioridade branca, pressupunha que o desenvolvimento da nação se daria à medida que a população se tornasse branca.

Expoentes da intelectualidade como o abolicionista Joaquim Nabuco, o escritor Euclides da Cunha, o jurista Clóvis Beviláqua, entre outros, contribuíram para disseminar essa ideologia racista na mentalidade nacional.

Houve desdobramentos jurídicos dessa política, como o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. O Decreto condicionava a entrada de imigrantes asiáticos e africanos no Brasil à autorização especial do Congresso Nacional, ao mesmo em que era permitida a livre entrada de outras etnias, principalmente as de origem europeia. O Decreto-Lei nº 7.967/1945, revogado apenas em 1980, dispunha que a política de imigração deveria atender “a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”.

CONT.



As políticas estatais racistas que aprofundaram a opressão à população negra após a abolição formal e inconclusa da escravidão só tiveram fim, no plano formal, com a Constituição Federal de 1988.

Na abstração da lei afirmou-se que o Estado brasileiro tem por fundamento a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que promova o bem de todos, sem preconceitos de origem e raça, afirmando expressamente o repúdio ao racismo. Foi apenas com a Constituição de 1988 que se reconheceu na lei a necessidade de valorizar e fomentar as culturas afrobrasileira e indígena, concedendo a esses dois segmentos étnicos da população brasileira o direito à terra, fundamental para a garantia de reprodução física, social e cultural desses povos.

Apesar dessa importante mudança no plano formal, vitória política do movimento negro brasileiro, a realidade mostra que o racismo ainda prevalece na sociedade e nas instituições públicas. Isso impede que direitos fundamentais, como o acesso à terra para as comunidades quilombolas, se realizem passados mais de vinte e cinco anos de vigência da Constituição.

O art. 68 do ADCT da Constituição Federal e o Decreto Federal 4887/03 vão muito além da necessidade de reparar erros do passado, até mesmo porque o longo e execrável processo de escravidão jamais poderá ser plenamente reparado.

A garantia constitucional de acesso à terra para comunidades quilombolas, nos moldes do Decreto Federal 4877/03, é fundamental instrumento de superação do racismo, na medida em que confere às comunidades meios para garantir a posse da terra que viabiliza o desenvolvimento de uma existência digna.

O caso Paiol de Telha

A grande maioria das comunidades quilombolas está hoje em situação de vulnerabilidade por terem sido vítimas de processos violentos de expropriação de suas terras. Tais processo se deram, em grande parte, por ações ilícitas, mas, muitas vezes, contaram com a conivência do Estado. O caso da comunidade Paiol de Telha, localizada no município de Reserva do Iguaçu, estado do Paraná, é prova desse processo de espoliação.

Em 1860 os ancestrais da atual comunidade Paiol de Telha receberam, por doação em testamento, a liberdade e três mil hectares de terras. A doação testamentária foi feita pela escravocrata Balbina de Siqueira, que faleceu sem deixar filhos. Os negros e negras que até então eram escravos passaram a viver em liberdade e com acesso à terra, ainda que estivessem totalmente excluídas das políticas públicas do Estado que fomentaram, por exemplo, a colonização europeia no estado do Paraná.

Ocorre que na década de 1970 imigrantes alemães e seus descendentes empreenderam um violento processo de expropriação das terras quilombolas, conforme narrado no livro "O Sangue e o espírito dos antepassados", de Miriam F. Hartung.

CONT.



O violento processo de expulsão contou com a conivência do Estado brasileiro, pois além de utilizar a polícia para expulsar os quilombolas de suas terras, também convalidou a expropriação com ações de usucapião, sem que a comunidade tivesse a possibilidade de se defender judicialmente com paridade de armas.

Ainda hoje a comunidade quilombola Paiol de Telha luta para reaver suas terras e sua dignidade social e histórica, perdidas com o processo de expropriação. Juridicamente a única possibilidade que a comunidade tem hoje é a titulação do território com base no Art. 68 do ADCT da Constituição e no Decreto Federal nº 4887/03.

Acesso à terra

Dizem os opositores dos direitos quilombolas que os erros do passado não justificam a política de titulação. Nas palavras do Ministro Cesar Peluso, essa ação "usurparia" direitos dos proprietários sobre o pretexto de realizar "justiça social" sem amparo constitucional.

Os opositores dizem mais: alegam que é necessário pôr um termo a essas disputas históricas por terra, e que não é possível reparar esses processos de expropriação sem criar um conflito social e sem aguçar uma pretensa divisão racial da sociedade. Afirmam ainda, como no caso do Paiol de Telha, que as terras estão sendo bem aproveitadas, cumprindo a função social, sustentando que destiná-las aos quilombolas seria um retrocesso.

Tais argumentos, em verdade, reforçam a necessidade de fortalecer a política pública de titulação. A vitória política do povo negro nos embates da constituinte, transmutada em fenômeno jurídico com a inscrição do direito à terra na Constituição, não pode se afastar, quando de sua aplicação, dos fins a que se destina. Não aplicar o direito conquistado resultaria na repetição das ações de Estado, que após à abolição formal e inconclusa da escravidão, perpetuaram o racismo institucional sob outras matizes.

Se a Constituição, inovando, reconheceu às comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, por óbvio, terras que estiverem sob domínio de particulares deverão ser desapropriadas para que assim sejam tituladas aos quilombolas. O próprio sentido de existência do direito pressupõe que a terra a ser titulada deve garantir, ao mínimo, a possibilidade de trabalho e moradia para a perpetuação da comunidade e da sua própria cultura, ou seja, seus modos de viver, criar e produzir.

Não há sentido jurídico em reconhecer e efetivar um direito constitucional sem que se leve em consideração os fins a que se destina. A titulação de terras às comunidades quilombolas deve representar o mínimo necessário para a existência digna de quem vive do trabalho com a terra.

Coloca-se à Corte Constitucional a responsabilidade de não impedir que o Poder Executivo efetive o direito constitucional dos quilombolas. Nessa esteira, o STF não pode se reduzir a

CONT.



uma posição de pura passividade. Caso declare a inconstitucionalidade formal do decreto, deixará os remanescentes das comunidades quilombolas no vazio normativo que inviabilizará, quando não impedirá por completo, a realização do direito constitucional de acesso à terra.

Com isso, a Constituição que cria direitos de acesso à terra para quilombolas será amortecida, amordaçada e escondida, assim como está o rascimo de cada dia desta apenas declarada sociedade livre, justa e solidária.

*Fernando G. V. Prioste e Pedro Sérgio Vieira Martins são advogados populares e integram a organização de direitos humanos Terra de Direitos.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

Coordenação geral do CIR é reeleita na 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima para reassumir uma das organizações indígenas mais conceituadas do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



Conselho Indígena de Roraima

Para continuar a atuação à frente de uma das organizações indígenas mais conceituadas do Brasil, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), as comunidades indígenas reelegeram para assumir mais dois anos de mandato, 2015 a 2017, a mesma coordenação geral que há quatro anos vem desenvolvendo atividades com resultados e avanços significativos, junto povos indígenas de Roraima.

A reeleição da coordenação composta pelos coordenadores, Mario Nicacio (coordenador geral), Ivaldo André (vice-coordenador) e Telma Marques (secretária do movimento de mulheres indígenas), ocorreu na 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, realizada nesta última semana, 11 a 14, no Centro Regional Lago Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a presença de mais de mil participantes, entre lideranças indígenas dos povos indígenas Macuxi, Wapichana, Patamona, Taurepang, Saporá, Ye'kuana, Yanomami e Wai-Wai, representantes de organizações indígenas locais e regionais, de entidades parceiras e instituições públicas.

CONT.



A comissão eleitoral formada por lideranças indígenas de diferentes regiões anunciou o resultado logo no primeiro dia da Assembleia Geral, após um processo de três meses de votação nas 230 comunidades indígenas, divididas nas dez regiões ligadas ao CIR. Mario Nicacio, Wapichana, reassume a coordenação geral com 3.154 votos, o vice-coordenador Ivaldo André, Macuxi, com 1.248 e a secretária do movimento de mulheres indígenas Telma Marques, Taurepang, com 2.633 votos.

Ao reassumir mais um mandato, o jovem coordenador do CIR perante as lideranças indígenas fez o pronunciamento de compromisso, continuidade de trabalho junto às comunidades indígenas de Roraima, de reconhecimento pelo aprendizado que vem adquirindo ao longo da atuação na organização indígena, além de prestar esclarecimento quanto à participação na política partidária. "A decisão que tenho é que a minha permanência seja somente no CIR, anulando toda e qualquer informação sobre indicação de cargos em instituições públicas, pois vejo que precisamos valorizar de fato o que temos na nossa organização indígena, uma atuação árdua que vem sendo realizado por toda coordenação geral, mas que tem alcançado resultados bastante positivos", disse Mario Nicacio. Na oportunidade agradeceu a confiança depositada pelas comunidades indígenas em acreditar na atuação de mais um mandato de dois anos.

O vice-coordenador Ivaldo André, na mesma perspectiva reassumiu o compromisso junto às comunidades indígenas de Roraima, de acordo com o pronunciamento anterior aos resultados de que, a atuação do CIR é pela defesa dos direitos indígenas.

Telma Marques Taurepang reassumindo a Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima falou sobre o resultado de uma atuação de confiança, de união e de atuação política de movimento indígena. "Eu acredito que, a partir do momento que a atuação caminhada positivamente, não é somente para mim, e sim, para todos os povos indígenas de Roraima", reafirmou Telma Marques. Na oportunidade acrescentou que a busca pela conquista da autonomia, tão sonhada pelos povos indígenas, está na união e no fortalecimento do movimento indígena.

A cerimônia de posse ocorreu na madrugada do dia 15, após o encerramento da aprovação das propostas e aprovação do documento final da Assembleia, com a participação das lideranças indígenas, das mulheres e jovens indígenas que participaram de mais um momento de união, fortalecimento e resistência. Resistência a uma luta incansável dos povos indígenas de Roraima, mas que se concretiza com o ato de reconhecimento e valorização de uma caminhada que, há quarenta anos, faz parte do histórico do movimento indígena de Roraima.

O documento com as deliberações e aprovações da Assembleia Geral para os próximos dias será encaminhado às autoridades públicas e publicado oficialmente. Mais informações sobre a Assembleia, também na sequência.

Foto: Os coordenadores gerais do CIR, Mario Nicacio, Ivaldo André e Telma Marques, reassumem mandato para mais dois anos, 2015 a 2107 (CIR)



Consea pede retirada de projeto sobre diversidade biológica

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015

Por Marcelo Torres, no Consea

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em sua plenária no último dia 4, aprovou a Exposição de Motivos 01/2015, na qual pede à presidenta Dilma Rousseff a retirada do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 02/2015, que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Encaminhado pela Presidência da República em regime de urgência, na forma do Projeto de Lei 7735/2014, o PLC 02/2015 tramita atualmente no Senado Federal. A matéria está relacionada ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Entre os motivos apresentados pelo Consea está a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi ratificada pelo Brasil em 2004. A Convenção 169 estabelece o direito fundamental de os povos indígenas e comunidades tradicionais serem consultados quanto a ações e projetos que afetem suas realidades, seus direitos, suas tradições e os seus patrimônios materiais ou imateriais, diz o documento.

De acordo com o Consea, os povos indígenas e as comunidades tradicionais não foram consultados.

Além da retirada do projeto, o Conselho pede a retomada do processo de negociação em iguais condições para os assim chamados provedores (povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares) e os usuários (indústria farmacêutica, cosmética e de alimentos).

Outro pedido do Consea é pela ratificação do Protocolo de Nagoya, que é um acordo complementar à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assinado em 2010, no Japão, e cujo objetivo é a repartição justa e equitativa de benefícios advindos da utilização de recursos genéticos, contribuindo, dessa forma, para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O Consea é um órgão consultivo de assessoramento da Presidência da República, que propõe linhas e diretrizes relacionadas à segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O conselho é formado em dois terços por representantes da sociedade civil e em um terço por representantes do governo federal.

[Clique aqui](#) para baixar a Exposição de Motivos 01/2015.

[Clique aqui](#) para baixar o Projeto de Lei da Câmara 02/2015.

[Clique aqui](#) para baixar o Protocolo de Nagoya.

Fonte: Ascom/Consea



Ufopa divulga resultado preliminar de PSE Indígena 2015; veja lista

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015

Na chamada estão candidatos aprovados em 1ª opção de curso. Resultado final deve ser divulgado na quarta-feira (19)

Do G1 Santarém

O resultado preliminar da entrevista e do concurso referente ao Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) 2015 da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi divulgado na segunda-feira (16) pela Pró-Reitora De Ensino De Graduação (Proen). Na chamada estão relacionados os candidatos aprovados em primeira opção de curso. (Confira resultado preliminar)

De acordo com a Ufopa, após a fase de habilitação, as vagas não ocupadas serão preenchidas conforme os seguintes critérios: candidatos de primeira opção terão prioridade de preenchimento das vagas; candidatos de segunda opção, caso as vagas para esse curso não tenham sido preenchidas por candidatos que escolheram esse curso como primeira opção.

Os candidatos que obtiveram nota bruta inferior a 6,00 na Entrevista foram automaticamente eliminados do processo de seleção. A Média Final dos candidatos do PSEI 2015 corresponde à média aritmética simples das notas da Prova de Leitura e Interpretação de Textos e da Entrevista. (Veja Edital)

A Universidade informou que serão aceitos recursos quanto ao resultado preliminar devidamente fundamentados e assinados pelo próprio candidato, entregues nesta terça-feira (17) e quarta-feira (18), de 8h às 12h e de 14h às 17h, horário de Santarém.

Os recursos serão analisados pela Comissão do Processo Seletivo Especial, em conjunto com a Comissão Avaliadora. A resposta dos recursos, com a divulgação do resultado final do concurso e convocação para habilitação institucional, deve ser divulgada na quarta-feira (19).

Ajude a denunciar: Comunidade quilombola e pesqueira sofre massacre na Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



Por assessoria de comunicação do CPP Nacional

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP BA) denuncia esquema racista contra a comunidade Quilombo Porto Dom João, localizada no município de São Francisco do Conde. Lideranças são ameaçadas de morte por fazendeiros locais com o apoio do poder público. O caso é grave e o MPP pede ampla divulgação e apoio. Confira o manifesto e saiba como ajudar a denunciar:
Somos todos Quilombo Porto de Dom João!

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) vem a público denunciar o esquema racista envolvendo a prefeitura de São Francisco do Conde, fazendeiros locais, a Federação Automobilística da Bahia (FAB) e a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE) contra a comunidade remanescente de quilombo Porto de Dom João, localizada as margens da BA 522, no município de São Francisco do Conde.

CONT.



Desde 2009, esta comunidade pesqueira quilombola tem sido alvo de inúmeras ações de violência física e psicológica, criminalização das lideranças, tentativas de homicídios – pescadores alvejados dentro dos manguezais, derrubadas de casas, difamações, discriminações diversas e negação de políticas públicas com propósito de eliminar a comunidade e prevalecer os interesses escusos da prefeitura e de fazendeiros. Por fim, tentam expulsar a comunidade sob o argumento falacioso de que a mesma vem causando crimes ambientais no território em que ocupa por gerações.

Em novembro de 2014, o prefeito Evandro Almeida acionou a justiça federal com o objetivo de anular a certidão quilombola, a paralisação do processo de regularização fundiária iniciada pelo INCRA e a criminalização da comunidade por crimes ambientais. Essa ação foi imediatamente julgada pelo tendencioso, autoritário e racista Juiz Evandro Reimão dos Reis – o mesmo carrasco do quilombo Rio dos Macacos – que ordenou a imediata suspensão do processo em curso de regularização do território quilombola da comunidade, direitos assegurados em nossa Constituição Federal e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

No dia 02/03/2015 fomos surpreendidos com a informação divulgada no site da Federação de Automobilismo da Bahia de que a prefeitura havia desapropriado uma área da fazenda D. João, pagando mais de 3 milhões de reais para o fazendeiro e repassado para a FAB construir uma mega pista de automobilismo nas proximidades da comunidade quilombola D. João. Essa informação revela o esquema vergonhoso envolvendo a prefeitura local, empreiteiras, fazendeiros e a FAB sob a tutela de atos irresponsáveis do poder judiciário.

Revela ainda, que todos os atos de violência e negação de direitos contra a comunidade tem um claro propósito racista-genocida, ou seja, para estes históricos algozes do povo negro quilombola do recôncavo baiano, esta comunidade deveria desaparecer do mapa a fim de assegurar a imposição dos seus interesses, caracterizando de maneira muito acintosa e cruel o racismo institucional e a conivência de gestores públicos e do judiciário.

Desta forma solicitamos que sejam enviados protestos e manifestações de apoio a resistência da comunidade para o MPF, SEPPIR, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, SEPROMI, Prefeitura de São Francisco do Conde, Governo do Estado da Bahia, SETRE e demais autoridades a fim de que sejam investigadas as denúncias aqui formuladas, bem como que se proceda a urgente efetivação dos direitos constitucionais da comunidade remanescente de quilombo porto de Dom João.

Ajude a denunciar!

Envie protestos e manifestações para os seguintes e-mails:

Ministério Público Federal – MPF

Procuradora Deborah Duprat – deborah@pgr.mpf.gov.br

Procurador Edson Abdon – prba-sac@mpf.mp.br

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 48/2015

Brasília, 17 de março de 2015.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Ministra Nilma Lino Gomes – nilma.gomes@seppir.gov.br

Fundação Cultural Palmares

Presidente José Hilton Almeida – agenda.presidente@palmares.gov.br

Procuradora Dora Lucia de Lima – pf.fcp@palmares.gov.br

Governadoria do Estado da Bahia

Governador Rui Costa – agenda@governadoria.ba.gov.br

Secretaria da Casa Civil da Bahia – gabinete.secretario@casacivil.ba.gov.br

Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI

Secretária Vera Barbosa – vera.barbosa@sepromi.ba.gov.br

sepromi@sepromi.ba.gov.br

Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Secretário Álvaro Gomes – gabinete@setre.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde

gabinete.segab@pmsfc.ba.gov.br

pmsfc.informa@gmail.com

Sugestão de manifesto/protesto para ser enviado

“Me manifesto em repúdio ao que vem acontecendo no município de São Francisco do Conde, na Bahia. Desde 2009, a comunidade pesqueira-quilombola Porto Dom João vem sofrendo diversas violências físicas e psicológicas, por parte da prefeitura e fazendeiros locais interessados em expulsar a comunidade para implantar empreendimentos turísticos no local. Inclusive já houve tentativa de homicídio contra pescadores dentro dos manguezais e recentemente a prefeitura entrou com ação judicial para anular a certidão quilombola e o processo de regularização fundiária do INCRA. Repudiamos também a posição racista e autoritária do Juiz Evandro Reimão que decretou de imediato liminar contra a comunidade desconsiderando a constituição federal e a convenção 169 da OIT. É inadmissível que o poder público seja conivente com essa situação clara de racismo institucional. Peço intervenção pela defesa da vida e dignidade da comunidade. Não se pode violar os direitos humanos dessa forma. Me solidarizo e aguardo ações urgentes dos senhores e senhoras que possam acabar com toda essa violência contra a comunidade e ao mesmo tempo assegurar imediata efetivação dos seus direitos conforme determina nossa constituição federal. ”



Vergonha: PEC 215/00, "das Terras Indígenas", terá comissão especial instalada hoje, 17/03, às 14:30h

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015

Às 17 horas, será recriada a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. Vale sempre lembrar que a famigerada PEC 215/2000 quer atingir também os quilombolas. (TP)



Agência Câmara

A comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil, será instalada nesta terça-feira (17), às 14h30, com a eleição do presidente e dos vice-presidentes.

A PEC é motivo de embate entre índios e agricultores. No último dia 25 de fevereiro, por exemplo, mais de 30 lideranças indígenas estiveram na Câmara, em evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, para pedir a derrubada da proposta.

CONT.



Já a Frente Parlamentar da Agropecuária defende a medida e alega que ela não é contra os índios nem contra a preservação do meio ambiente.

Outra comissão especial sobre a PEC funcionou na legislatura passada. Instalada em dezembro de 2013, ela acabou encerrada no final do ano passado sem que tivesse sido votado o relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), favorável à PEC.

A reunião está marcada para o plenário 13.

Íntegra da proposta: [PEC-215/2000](#)

Deputados recriam grupo para defender interesses dos povos indígenas

Agência Câmara

Será reinstalada hoje, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. O novo grupo, que já tem a adesão de 230 deputados, deve ser coordenado pelo deputado Ságuas Moraes (PT-MT).

Na última legislatura, essa frente – criada também por iniciativa de Moraes – reuniu 212 parlamentares. O lançamento da frente está marcado para as 17 horas, no hall da taquigrafia, na Câmara.



Cheia do rio Negro deve atingir mais de 29 metros

SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.03.2015

Nível deve ocorrer na segunda quinzena de junho, quando o fenômeno atinge geralmente o seu pico máximo

Ciclo hidrológico do rio Negro no Porto de Manaus: valor médio, desvio padrão, mínimo e máximo de dados históricos do nível d'água (de 1903 a 2014). Em destaque estão as grandes cheias anteriores, e em vermelho a enchente de 2015.

Ciclo hidrológico do rio Negro no Porto de Manaus: valor médio, desvio padrão, mínimo e máximo de dados históricos do nível d'água (de 1903 a 2014). Em destaque estão as grandes cheias anteriores, e em vermelho a enchente de 2015.

Para o pesquisador Jochen Schongart, nos últimos 25 anos houve um aumento dos extremos das cheias e esta seria mais uma cheia acima de 29 metros, em quatro anos consecutivos

Dados do modelo matemático de previsão de cheias do rio Negro, desenvolvido pelo pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI) Jochen Schongart (que faz parte do grupo de pesquisa Maua - Ecologia, monitoramento e uso sustentável de áreas úmidas), apontam que a cheia este ano deve atingir a marca dos 29,03 metros.

Esse nível vai ocorrer na segunda quinzena de junho, quando o fenômeno atinge geralmente o seu pico máximo. Segundo ele, esta seria mais uma cheia acima de 29 metros em quatro anos consecutivos.

"Tivemos a maior cheia do rio Negro, em 2012, com registro da marca de 29,97 metros, desde que o rio passou a ser monitorado no Porto de Manaus em 1902. Em 2013 e 2014 foram registradas as marcas de 29,33 metros e 29,50 metros, respectivamente", lembrou o pesquisador, acrescentando que, nos últimos 25 anos, houve um aumento dos extremos das cheias.

O pesquisador explica que podemos observar uma intensificação do ciclo hidrológico, porém, ainda é cedo para afirmar se isso são consequências climáticas causadas pelo ser humano ou se podem ser explicadas pelas forças naturais que são, principalmente, anomalias de temperaturas superficiais, tanto do Pacífico Equatorial como do Atlântico Tropical.

Metodologia de previsão

De acordo com Shongart, o modelo de previsões das cheias do rio Negro tem uma margem de erro de 30 centímetros para mais ou para menos, podendo atingir entre 29,33 metros e 28,77 metros, em junho.

CONT.



“É uma ferramenta importante para fazer previsões e evitar possíveis desastres com antecedência de três meses do pico da enchente. Isto permite que as autoridades tomem providências em casos de cheias severas, tanto na zona urbana, quanto na zona rural do Estado”, disse o pesquisador.

A partir de 2012, Schongart adotou uma nova metodologia que integra mais parâmetros independentes para fazer uma nova modelagem e mais “robusta estatisticamente”.

Desde 2005, o primeiro modelo de previsão das cheias é aperfeiçoado pelo pesquisador, que utiliza dados do nível do rio Negro e do Porto de Manaus, disponibilizados pela Sociedade Nacional de Portos e Hidrovias do Amazonas (SNPH) e pelo Índice da Oscilação Sul (SOL, sigla em inglês), baseado em um modelo publicado na Revista Journal of Hydrology (2007).

O pesquisador explica também, que a nova modelagem de previsão de cheias utiliza uma série temporal longa de dados disponíveis a partir de 1951 até 1990, que foram utilizados para fazer a calibração do modelo, além dos dados de 1991 até os dias de hoje para fazer a validação e testar se o modelo é capaz de prever cheias com antecedência de mais de três meses e com uma baixa margem de erro.

Rio Negro

O rio Negro é o maior afluente da margem esquerda do rio Amazonas, na Amazônia. É o mais extenso rio de água negra do mundo, e o segundo maior em volume de água — atrás somente do Amazonas, o qual ajuda a formar. Tem sua origem entre as bacias do rio Orinoco e Amazônica. Após passar por Manaus, une-se ao rio Solimões e, a partir dessa união passa a se chamar de rio Amazonas.

O rio Negro é navegável por 720 quilômetros acima de sua foz e pode chegar a ter um mínimo de um metro de profundidade em tempo de seca, com muitos bancos de areia e outras dificuldades menores. Na estação das chuvas, transborda, inundando as regiões ribeirinhas em distâncias que vão de 32 km até 640 km.

Hidrometeorologia

A estação fluviométrica de Manaus integra a Rede Hidrometeorológica Nacional sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA) e acompanha o nível do rio Negro desde 1902. Desde então, o rio Negro atingiu sua cheia máxima anual em 29 de maio de 2012, quando alcançou a cota de 29,97m.

Para acompanhar o nível e a vazão do rio Negro na capital amazonense e de outras estações pelo Brasil, acesse ANA/Telemetria ou a página da Sala de Situação da ANA.

CONT.



Monitoramento hidrometeorológico

A Rede Hidrometeorológica Nacional da Agência possui mais de 4,5 mil estações de monitoramento, de diferentes tipos, em todo o País. Por meio de sua Sala de Situação, em Brasília (DF), a ANA acompanha as tendências hidrológicas dos principais rios e reservatórios nacionais e desenvolve ações de prevenção que permitem identificar possíveis eventos críticos – cheias e secas, por exemplo – e adotar antecipadamente medidas para reduzir seus impactos.

Fontes:

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

Agência Nacional de Águas

Wikipédia



Senadores vão discutir pontos divergentes sobre marco legal da biodiversidade
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 17.03.2015

Marília Coêlho

Em audiência pública nesta terça-feira (17), os senadores das Comissões de Meio Ambiente (CMA), Ciência e Tecnologia (CCT) e Agricultura (CRA) decidiram marcar para a próxima semana outra audiência para debaterem os pontos divergentes do PLC 2/2015, que estabelece o novo marco legal da biodiversidade. Na audiência desta terça, foram ouvidos representantes de sete ministérios do governo a respeito do projeto.

Os senadores levantaram vários questionamentos sobre os pontos de discordância. O senador João Capiberibe (PSB-AP) chegou a sugerir a retirada da urgência do projeto porque, na audiência, segundo ele, não houve consenso entre os vários ministérios presentes.

Entre os pontos está a questão da fiscalização insuficiente, já que empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais podem ter acesso ao patrimônio genético brasileiro. No debate, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu emenda de sua autoria que condiciona o acesso ao patrimônio genético brasileiro por empresa estrangeira à associação desta a uma instituição nacional, pública ou privada.

— E não há nada de xenofobia nisso, absolutamente nada! Não há desconfiança, mas entra, inclusive, dentro da própria concepção da Lei de Acesso à Biodiversidade, cujos eixos são basicamente três: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a repartição. Então, considero fundamental termos sempre um ente nacional envolvido com entes estrangeiros, e creio que devemos, aqui no Senado, garantir o que não foi possível na Câmara dos Deputados, pondo esse item na lei.

Outra questão divergente tem relação com os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que se dizem excluídos do processo de elaboração da nova lei. O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu que se possa ouvir com calma os representantes dessas comunidades.

— Recebi alguns protagonistas, indígenas, quilombolas e eles se queixaram muito de que eles gostariam de contribuir, de que eles gostariam de colocar o desejo deles também. E isso parece que não aconteceu — disse o senador.

Mas os demais senadores se manifestaram contra a retirada da urgência. O senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou que há 20 anos o Senado tem a oportunidade de debater essa matéria e não debate. O senador chegou a dizer que parece até uma maldição que os povos da Amazônia passem fome intensa ao lado de tanta riqueza.

CONT.



— Sabe quem é que tem sido a maior vítima nesse período em que a gente não consegue fazer minimamente o necessário? Nós que vivemos na Amazônia! Eu fui governador oito anos e não pude implementar os projetos. O governador Capiberibe também. Sigo na mesma batalha — afirmou Viana.

Questionado por Jorge Viana sobre quantos artigos do projeto estariam sujeitos à regulamentação infralegal, o representante do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, afirmou que seriam 25 artigos.

— Seria possível ter um compromisso do Ministério do Meio Ambiente de conduzir junto com outros órgãos, audiências públicas formais quando da regulamentação desses 25 dispositivos da lei? Se nós tivermos isso, nós passamos a ter elementos de assumirmos aqui no Senado com as populações de que a regulamentação seja precedida de audiências públicas — questionou o senador.

Gaetani afirmou que o ministério já assumiu esse compromisso com as comunidades indígenas e quilombolas para que todas essas críticas sejam discutidas no processo de regulamentação.

Outras questões divergentes são o caso das sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores, que deixarão de receber compensação; a repartição de benefícios apenas a produtos nos quais o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for considerado elemento principal de agregação de valor; as isenções e perdão de multas pelo acesso realizado antes de junho de 2000; e o fato de o projeto prever teto e não piso a título de compensação financeira.

O presidente da CMA, senador Otto Alencar (PSD-BA), marcou a audiência pública para a próxima terça-feira (24), às 9h, e deverá ouvir setores que divergem quanto a esses pontos.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Índios levantam faixa com dizeres 'Ruralistas Lava Jato' na Câmara
SÍTIO DCI, 17.03.2015

Estadão Conteúdo

BRASÍLIA - Um grupo de sete índios em trajes tribais entrou na sessão que vai reinstalar a Comissão de Demarcação das Terras Indígenas na Câmara e causou tumulto ao levantar uma faixa com os dizeres "Ruralistas Lava Jato".

A comissão vai retomar a tramitação da PEC 215/2000, que transfere do poder Executivo para o Legislativo a decisão de demarcar terras. Os ruralistas serão maioria. O presidente será o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). O relator será Osmar Serraglio (PMDB-RS).

Os deputados entraram em um acordo para que a votação da proposta na comissão aconteça apenas em maio. A ideia é que os novos parlamentares possam apresentar emendas e participar de debates públicos.

A estratégia dos ambientalistas é postergar ao máximo o debate. Também hoje será lançada a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas, que será criada para combater a proposta. A mudança de prerrogativa das demarcações motiva uma acalorada disputa política entre ambientalistas e ruralistas desde 2010.

Cerca de 50 índios de quatro tribos, Pataxó, Tupinambá, Kaimbé e Kiriri, vieram a Brasília pressionar os parlamentares e ministros. "Se já temos dificuldade com o Executivo, imagina com o Legislativo", diz Kaitu Pataxó (24), da tribo Pataxó, do sul da Bahia.

A reunião foi rápida e a próxima será na terça-feira, 24. Os deputados foram vaiados pelos índios na saída.